ISA - Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data ____/____/____
cod. M4D 000378

Ministério da Justiça
Fundação Nacional do Índio
Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
Projeto Integrado da Proteção às Populações e Terras
Indígenas na Amazônia Legal
PN 95.3585.7-001.00

Augo Knoke
Consultor, CGPE

Sr. Márcio Santilli
Secretário Executivo
Instituto Socioambiental
SQN 210, Bloco C
Brasília - DF

Fax 274 7608

total de 12 páginas

Sua referência	Nossa Referência	Telefone	Fax	Data
	CGPE/Kn-148/96	226 8211 ram.. 295	226 7500	19 de julho de 1996

Assunto: Modalidade de Demarcação
Discussão do PP-G7 no parlamento federal na Alemanha

Prezado Márcio,

antes de mais nada gostaria agradecer a tua pronta resposta ao meu fax do 12 do mês. Acho que sensibilizamos a GTZ ao assunto, tenho a compreensão do KfW e um entendimento com a DAF aqui na FUNAI. A realização de um "mix" de modalidades de demarcação é a minha solução preferida. Vou levantar o assunto na missão de avaliação do Banco Mundial que também achou que o nosso governo deveria abrir espaço para mais flexibilidade.

A outra boa nova é o anúncio da assinatura de um convênio entre FUNAI e IBAMA a respeito da superposição.

No anexo remito cópia da tradução parcial de uma discussão no plenário da Câmara dos Deputados Federais em Bonn sobre o a política de Alemanha em relação a proteção da florestas tropicais, para distribuição ao critério seu.

Para contextualizar a discussão: Ele foi fruto de uma interpelação em escrito pelos deputados do Pacto 90/Os Verdes, ao qual o governo teve vários meses para responder. Discute-se então a resposta do governo a respeito.

Acervo ISA

Memorandum CGPE/Kn-126/96
Brasília, 15 de julho de 1996

Augo Knoke
Consultor, CGPE

Para caracterizar os partidos: "Pacto 90/**Verdes**" fala por si. São integrantes do governo os democratas cristãos (CDU) e a União Cristã Social (CSU) que formam um só grupo parlamentar (CDU/CSU) e os Liberais (FDP). [A CSU só existe no Estado Livre de Baviera, enquanto a CDU atua nos restantes quinze estados federados. O chanceler é presidente da CDU]. A coligação se auto-caracteriza como centro-direita. Graças a Deus, não temos a vergonha da extrema direita no nosso parlamento federal, mas não seria injusto caracterizar setores da CDU e particularmente da CSU como conservadores. O mais importante partido da oposição é a socialdemocracia (SPD), centro-esquerda. Além dos verdes, também o Partido do Socialismo Democrático (maioritariamente ex-comunistas renovados) faz parte da oposição. Via de regra, os ministros são também deputados. Temos dois tipos de Secretários do Estado: para Assuntos Parlamentares e funcionários públicos de carreira. Os Secretários de Estado Parlamentares são necessariamente deputados e cumprem as funções de vice-ministros. [Uma curiosidade aparte: Não sei que ainda é assim, mas os vice-ministros cumularam os dois salários enquanto os ministros não!]O Sr. Klaus-Jürgen Hedrich é membro da CDU.

Uma alerta: Todas as referências ao governo federal visam o governo alemão.

Atenciosamente,

Augo Knoke
Consultor da CGPE/GTZ

Acervo ISA

Ponto de pauta nº 13 da ordem do dia
Debate a pedido dos deputados Drª Uschi Eid, Drª Angelika Köster-Lossack; Wolfgang Schmitt e da facção "Pacto 90/Os Verdes"[1]

Política do Governo Federal e princípios de política de desenvolvimento para a proteção de florestas tropicais, especialmente do Brasil. Partes I e II.

documentos 13/1637; 13/1638 e 13/3338

Deputada Drª Angelika Köster-Lossack ("Pacto 90/Os Verdes")

Sr. Presidente. colegas,

A política nacional e internacional para a Floresta Tropical adotada até agora falhou, pois não pôde fazer juz às suas próprias pretenções. Desde 1988 foram destruídos cerca de 1 milhão de Km^2 das florestas tropicais. Para se ter uma idéia. em 1980, foram destruídos 7,5 milhões de hectares de floresta tropical no mundo todo. No período compreendido entre 1980 a 1994, a cifra anual subiu para 15,4 milhões de hectares.

Enquanto a atual política comercial, financeira e econômica provocava um aumento da taxa de degradação, o Parlamento aprovava o Segundo Relatório da Comissão de Enquete, cujo tema era: "Proteção das Florestas Tropicais", que exigia do Governo Federal Alemão o empenho decisivo para que, até o ano 2000, o volume de degradação anual em todos os países com florestas tropicais ficasse abaixo da taxa de 1980.

Em 1994 a mesma comissão avaliou, face ao pequeno resultado, "que os esforços até então destinados à proteção das florestas tropicais, eram apenas iniciais, e precisariam ser corrigidos e complementados em partes essenciais".

A Comissão recomendou, por exemplo, a compatibilidade ambiental entre todas as ações internacionais; facilidade de pagamento de dívidas para os países com florestas tropicais e disponibilidade de novos recursos. Entretanto, o governo federal mostrou-se bastante limitado em relação à percepção das causas da degradação.

[1] Os pronunciamentos da Dra. Angelika Köster-Lossack e do Secretário de Estado, Sr. Klaus-Jürgen Hedrich, foram traduzidos na íntegra, os demais foram sintetizados.

O governo considera o desenvolvimento demográfico, a pobreza e a falta de consciência, os primeiros responsáveis pela degradação das florestas tropicais. A importância de fatores como as condições gerais da economia mundial, a incoerência das políticas e das instituições financeiras dos países devedores e credores está sendo reduzida ou excluída.

A responsabilidade de latifundiários, madeireiras, empresas de mineração, bancos de desenvolvimento, não está sendo levada em consideração, ou como no caso do Banco Mundial, erroneamente avaliada.

Deste modo, grande parte da floresta tropical africana foi desmatada por comerciantes de madeira alemães e europeus, muitas vezes com o apoio infra-estrutural dos bancos de desenvolvimento. O Banco Mundial ainda hoje coloca em risco florestas primitivas através de projetos de construção de estradas, projetos de mineração e de desenvolvimento regional.

No discurso o governo federal reconhece parcialmente a importância das condições gerais da economia, como por exemplo, da dívida externa. Mas, sua política de proteção das florestas tropicais esta baseada unilateralmente na política de cooperação, superestimando e sobrecarregando este instrumento.

A política de cooperação só poderá fornecer uma contribuição modesta para a salvação das florestas tropicais, enquanto não ocorrerem alterações dos interesses na economia como um todo. Além disso a Cooperação Financeira Alemã colocou à disposição, até o início de 1995, 712 milhões de marcos para a proteção mundial das florestas tropicais. Todavia, até 1995, quase 80% ainda não tinham sido desembolsados.

A prática atual dos projetos demonstra também que os projetos de cooperação de desenvolvimento em geral não conseguem resolver a incoerência política já mencionada, situações gerais contra-produtivas. O Programa Piloto no Brasil é apenas um exemplo disso.

A Cooperação Alemã para o desenvolvimento engajou-se no Brasil mais fortemente na proteção da floresta tropical através do "Programa Piloto". Através do relatório do KfW, sabemos, que até o início de 1995, dos 30 milhões DM, destinados à floresta tropical, apenas 3,3 foram desembolsados.

(Dr. Uschi Eid "Pacto 90/Os Verdes": Isto é um escândalo!")

Desde o início de1996, mais exatamente desde a assinatura do Decreto 1775/96 pelo presidente Cardoso, o projeto de demarcação das áreas indígenas, está sob ameaça de graves retrocessos. Em 1992 o Parlamento Alemão dedicou DM 30 milhões para a proteção dos indígenas na Amazônia, que seriam destinados a garantir juridicamente mais de 34 milhões de hectares que sofrem pressão externa.

Acervo ISA

Todavia, o projeto de demarcação está ameaçado pelo Decreto 1775/96, tendo em vista o direito ao contraditório facultado aos latifundiários, empresários de madeireiras, de mineração, especuladores e políticos regionais.

Assim, por exemplo, foram retiradas seis áreas do Programa Piloto que em 1993 ainda eram consideradas prioridade máxima para demarcação. Mas, por pressão externa, e após a vigência do novo Decreto foram questionadas juridicamente. Não é por acaso que cinco dessas seis áreas localizam-se no Estado do Pará. Este é o centro de conflitos de terras, e entrou nas manchetes européias devido ao terrível massacre dos sem-terras. É o foco dos adversários da demarcação, que com o apoio do ministro Jobim, tentam impor seus interesses econômicos contra os interesses dos indígenas, estabelecidos na Constituição de 1988.

Após a assinatura do Decreto, em janeiro, houve um aumento dramático de invasões em terras indígenas. Até meados de março/96 já foram registradas treze invasões, oito das quais em terras a serem apoiadas por projetos alemães de cooperação. Por isso o Decreto 1775 está sendo refutado não apenas pelas organizações indígenas mais expressivas, como também pela OAB, SBPC, CNBB e várias ONGs.

Até oito de abril, deu-se entrada a mais de 1000 protestos, que precisam ser resolvidos pela FUNAI até oito de junho, no entanto, esta instituição carece de infra-estrutura, de recursos humanos e financeiros. Após este prazo as decisões sobre demarcações e indenizações caberão apenas ao Ministério da Justiça - sem consulta ao público, e sem critérios. Este exemplo revela as limitações da política de cooperação.

Solicitamos por isso do governo federal ações bilaterais e multilaterais para a retirada do Decreto 1775, procurando que se leve a efeito as demarcações dos terrritórios indígenas conforme programadas. O Parlamento europeu já solicitou isto.

Em segundo lugar, o governo federal deve estabelecer um diálogo efetivo com ONGs e representantes dos povos indígenas para obter informações sobre experiências na implementação das demarcações, e para que estes participem mais ativamente neste processo.

Em terceiro lugar, o governo deve assegurar que nenhuma ajuda financeira alemã seja utilizada para a redução ou revogação de áreas já demarcadas.

O governo federal alemão deve exigir que o Banco Mundial, onde tiver projetos, solicite o empenho de parceiros para a retirada das contestações.

Se após nove de julho houver redução dos territórios indígenas ou restrições à demarcação, os recursos para o projeto de demarcação deveriam ser indisponibilizados. Em consonância com outros países doadores, o governo federal

Acervo ISA

(da Alemanha) deve deixar claro ao governo brasileiro que não poderá contar com recursos até que seja comprovada a implementação dos projetos já detalhadamente negociados.

No momento, penso que seria inoportuno indisponibilizar as verbas para o projeto de demarcação. Antes será necessário experimentar mecanismos que evitem o mau uso dos recursos, mas que ao mesmo tempo garantam a base financeira para a proteção jurídica dos territórios indígenas.

No país da maior floresta tropical, a proteção desta não apenas está colocada em risco pela imposição brutal dos interesses das antigas oligarquias, como também existem apenas idéias iniciais para se estabelecer as condições gerais de uma política ambientalmente sustentável.

Tanto o governo federal brasileiro quanto os governos estaduais, exceto do Estado do Amapá, apoiam direta ou indiretamente o desmatamento abusivo. Um exemplo assustador são as áreas industriais do Grande Carajás, que apresentam conflitos sociais e degradação ecológica extremos. Até os representantes oficiais do Banco Mundial no Brasil afirmaram, no ano passado, que se fosse hoje, não financiariam mais este projeto.

A proteção das florestas é uma tarefa que abrange a política econômica, a política do meio ambiente e a política de desenvolvimento, e favorece a todos. Exigimos que o governo federal intervenha internacionalmente a favor de um instrumento reconhecido pelo direito internacional para a proteção e a utilização duradoura da biodiversidade das florestas. Neste sentido, precisamos apoiar os acordos sobre o protocolo verde, no âmbito da convenção sobre a biodiversidade.

Solicitamos ao governo federal que efetive as recomendações do Segundo Relatório da Comissão de Enquete sobre as Florestas Tropicais e que aprofunde a discussão sobre os padrões sociais e ecológicos mínimos para o comércio internacional, especialmente para o comércio da madeira.

Solicitamos ao governo federal que apoie a cooperação bi e multilateral somente daqueles projetos que possam ser classificados segundo critérios seguros e comprováveis de uso sustentável da floresta e de conservação das florestas primárias. Em seu diálogo político, o governo deve defender uma ampla reforma agrária nos países com florestas tropicais, e participação da sociedade civil, principalmente das populações atingidas, no planejamento e na execução de projetos e programas.

Acervo ISA

Klaus-Jürgen Hedrich (Secretário de Estado para Assuntos Parlamentares do Ministério de Cooperação Econômica e Desenvolvimento)

Sr. Presidente, caro colegas,

Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos Srs. do "Pacto/90/Os Verdes" que deram oportunidade ao governo federal de expor suas atividades no contexto do Programa de Proteção às Florestas Tropicais. Penso que podemos apresentar um balanço bastante positivo. Concordamos amplamente com a intervenção da Dra. Lossack, e com as reivindicações aqui apresentadas. (Aplausos do CDU/CSU e FDP).

Tenho certeza que os Srs. estão de acordo e aponto para o fato de que a problemática da proteção das florestas tropicais não se resume ao caso do Brasil, apesar de sua fala referir-se, principalmente, ao Brasil. Essa questão tem um papel importante em muitas outras partes do planeta e provoca a nossa preocupação, podendo se relatar fatos positivos e negativos.

Quando se reivindica o boicote das madeiras tropicais deve-se ter clareza que muitas pessoas vivem dessa atividade, como por exemplo seus exportadores. Por outro lado, deve ser considerado que se não houver a possibilidade do aproveitamento econômico das madeiras, o interesse de muitos grupos em realmente proteger a floresta diminuirá. Muitas vezes a proteção é um trabalho gigantesco, e às vezes chegamos tarde demais, mas para muitas florestas do planeta ainda não é tarde, este também é o caso do Brasil.

A Sra. mencionou um ponto muito importante: é decisivo que os cidadãos nos respectivos países se envolvam. Isso se refere principalmente aos povos indígenas. Nós dois tivemos a oportunidade, há duas semanas atrás, de conversar com os representantes dos povos indígenas. Assegurei, em nome do Governo Federal, que nós incluímos de forma sustentável os interesses desses povos indígenas, e iremos cobrar do Governo Brasileiro a consideração desses interesses. (Aplausos de todos os partidos)

Teremos mais uma boa oportunidade de falarmos sobre isso, tendo em vista que um dos encontros anuais para a discussão do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, acontecerá no início de setembro, em Bonn. Nessa ocasião será examinada, por exemplo, também o Decreto mencionado, para sabermos de que maneira o prosseguimento das demarcações das terras indígenas continua sendo política do Governo Brasileiro. Em todo caso pretendemos manter esse mecanismo.

Acervo ISA

Gostaria de agradecer expressamente pelo fato da Sra. ter repetido aqui que nós não aconselhamos a interrupção dos processos de demarcação nesse momento, porque é nossa posição que logo após a avaliação do contraditório, os trabalhos clássicos de demarcação continuem.

Uma observação final: Do nosso ponto de vista é muito importante que façamos um trabalho de conscientização entre nós, mas também naqueles países onde os políticos responsáveis ainda não atingiram o grau de disposição para a cooperação necessária a uma real proteção das florestas tropicais.

Na sala de reunião da nossa comissão (de cooperação) há um quadro com a seguinte frase: "A floresta é distante, mais nem tanto." Gostaríamos de contribuir para que a floresta tropical continue a existir por muito tempo.

Mathias Schubert (SPD)

Desde a década de 70, a proteção das florestas é tema permanente. Já é do conhecimento geral, nacional e internacional, entre políticos, especialistas e da opinião pública que a proteção ou degradação da floresta influi em toda a biosfera. Cresceu a pressão a favor da proteção, organizaram-se conferências internacionais, criaram-se organizações mundiais, muitos projetos e muitas ações, apesar disso não há balanço positivo.

Na prática, se a política dos países com floresta tropical favorece a degradação, o governo alemão alega os labirintos de interesse e conflitos locais, apontando para a necessidade de questionamento dos projetos, desconfiando que os projetos bi e multilaterais apenas sirvam para remediar sintomas, longe de atender aos desafios globais.

Cita o representante do Ghana durante a RIO/92: "a parceria mundial não funciona enquanto os países em desenvolvimento são ignorados, e percebem que as chances para o desenvolvimento diminuiram".

Nunca foi feito tanto com tão pouco resultado. Todavia existe uma sindrome por parte dos apoiadores que se expressa pelos projetos de proteção das florestas, mas, que na verdade exportam seus próprios interesses. Os países com florestas tropicais não podem ser transformados em grandes jardins zoológicos e botânicos. Portanto, a proteção das florestas é de responsabilidade global, ultrapassa a questão político-ecológica, é antes de tudo econômica, social e política. Exemplos:

1. Arun III. A população do Nepal cresceu 100% nas duas últimas décadas, enquanto a área da floresta reduziu-se a 50%. (....)

2. No Norte do Brasil, gigantescas usinas metalúrgicas utilizam quase que exclusivamente carvão vegetal da floresta, com consequências terríveis para a ecologia e para a saúde. É o momento de oferecer um projeto de indústria energética e metalúrgica alemã para o Brasil baseado em recente *know-how* sobre economia e energia.

3. A agricultura participa com 90% da degradação das florestas tropicais e tem consequência para o nosso modo de vida. A pecuária atende as redes de *fast-food*. (...).

Não falta teoria e boa vontade, falta capacidade para as realizações. Sugestões:

a) ações integradas, considerando igualmente os interesses dos países envolvidos. A contradição entre a eco-retórica florida e a parceria global, de um lado, e o *poker* de interesses reais entre norte e sul, somente poderá ser solucionada pelo norte.

b) que não haja apenas projetos de preservação, mas também de uso potencial econômico que possibilitem o desenvolvimento econômico e social sustentável.

c) redução dos riscos globais ao meio ambiente provenientes dos países industrializados (por exemplo, redução de CO^2).

d) desenvolvimento de programas que visem à valorização das florestas tropicais. A proibição de exportação de madeiras tropicais é romântica, mas não contribui para a redução da degradação. Deve ser lembrado que a exportação anual de madeira do Brasil é inferior ao corte de madeiras na Floresta Negra.

e) desenvolvimento de programas nacionais de conscientização que revelem as causas, as responsabilidades, os contextos e as consequências do desmatamento: catástrofes climáticas, migrações, erosão de solos etc.

f) a política de desenvolvimento não pode ser política de ajuda, mas uma política que abrange todas as áreas, porque mais eficiente, menos dispendiosa, e serve aos nossos próprios interesses.

Roland Kohn (FDP)

A proteção das florestas tropicais e um dos maiores desafios dos nossos tempos, sem a qual há consequências desastrosas para o clima, para o meio ambiente e para a vida humana. O uso de madeira é vital para o Terceiro Mundo. Não utilizar esse recurso é inviável para esses países. Precisamos apoia-los na introdução de uma economia florestal eficiente. (...)

Acervo ISA

Nós, liberais, apoiamos a política de ajuda aos países em desenvolvimento contra a degradação das florestas tropicais. Desde os anos 80 foram destinadas verbas crescentes do governo alemão para esta finalidade (DM 300 milhões representam 15% das verbas internacionais para esses programas).

É importante analisar todos os projetos em função de sua adequação ambiental. O governo alemão faz essa análise para os projetos inclusive do Banco Mundial, levando em consideração os interesses da população local. Deve-se aprender com os erros já cometidos em projetos. Apesar de todos os esforços a degradação é grande. A nossa política só pode ser "ajuda para auto-ajuda". (...)

Precisamos enfrentar os problemas do crescimento populacional e da pobreza. É necessário a reforma agrária, com justa distribuição de terras. Os países em desenvolvimento precisam de condições institucionais e políticas para um desenvolvimento econômico sustentável. Nossa ajuda deve basear-se em condições duradouras, como por exemplo: redução de impostos para "produtos tropicais" e "matérias-primas".

As economias em desenvolvimento não podem ser dissociadas da economia mundial. Nós liberais não descansaremos enquanto não destruirmos todas as barreiras alfandegárias e medidas protecionistas que prejudiquem os países em desenvolvimento.

Eva Bulling Schröter (PDS)

O governo federal constatou que apenas 2 a 10% da degradação das florestas tropicais resultaram em uso inadequado de madeira. A Alemanha participa minimamente na importação de madeiras tropicais.

Mas, a Alemanha, um dos maiores doadores, o FMI e o Banco Mundial forçam a privatização, a desregulação e o livre-comércio. As dívidas dos países dos três continentes só podem ser pagas a custo da destruição da natureza, sendo a floresta tropical a vítima, num processo em que os preços dos produtos agrícolas diminuem permanentemente em relação aos produtos industrializados.

A WWF comprovou que o crescimento econômico da Costa Rica custou bilhões em termos de recursos naturais. O aumento gigantesco da pecuária para melhorar a balança comercial, destruiu a agricultura tradicional e grandes áreas da floresta. A erosão desertificou terras férteis. A economia cresceu significativamente, enquanto o valor das florestas, áreas agricultáveis e de pesca, diminuiu em 20 anos o equivalente a 4 bilhões de dólares.

No Brasil, os recursos da balança comercial serviram apenas para o pagamento de dívidas. Mais de um terço das exportações são provenientes de produtos agrícolas e de mineração.

Acervo ISA

A pressão dos credores obrigou a seguir uma política neoliberal. a economia cresceu, a inflação foi freada.O salário médio diminui um terço desde 1983, enquanto a renda dos mais ricos cresceu 18%. 40% dos brasileiros trabalham em condições precárias do setor informal, principalmente no campo. Os latifundiários aproveitam a situação para ocupar cada vez mais terras. A floressta tropical e as áreas indígenas estão sendo destruídas. A ajuda do governo alemão para a proteção dos indígenas cairam no vazio. Três mil garimpeiros invadiram as áreas dos Yanomamis, porque o território não pôde ser protegido pela FUNAI.

A interrupção da degradação da floresta tropical exige que não se privilegie projetos pontuais, mas que se tenha uma nova orientação abrangente para a cooperação política e de desenvolvimento econômico no âmbito internacional.

Christian Ruck (CDU/CSU)

A degradação da floresta tropical tornou-se incomensurável, mesmo após a RIO/92. Os desastres mundiais nas florestas, nas savanas, continuam, inclusive na Rússia. Aumenta o uso de lenha: no cano 2000, 2,4 bilhões de pessoas utilizaram mais árvores do que poderá ser replantada. Aumentarão os problemas ambientais, com sérias consequências para a humanidade (...).

A cooperação alemã está a frente no combate à degradação das florestas tropicais.

Está ocorrendo uma atuação positiva do Banco Mundial e da ONU, em projetos pilotos. Até mesmo no Brasil, deve ser dito, há experiências positivas.

Os programas bi e multilaterais começaram lentamente mas caminham bem, por exemplo a melhora na produção da água potável no Sul do Brasil; o engajamento efetivo do Amapá etc. Até o governador do Amazonas que distribuiu na campanha eleitoral serras elétricas, fez uma mudança radical. Os políticos mudaram em relação à proteção das florestas, conforme relatam nossos técnicos de desenvolvimento. O presidente Cardoso promoveu isso sensivelmente.

Mas, também observamos com preocupação a política indígena, pois o Ministro da Justiça do Brasil confirmou que nada mudará. Veremos o que acontecerá no dia 8 de julho.

As medidas de proteção precisam ser aperfeiçoadas de nossa parte e da parte dos países em desenvolvimento. A proteção das florestas e a transferência de tecnologias garantem rentabilidade, emprego (...).

Devem ser atacadas as raízes da degradação ambiental: pobreza e crescimento populacional. Os últimos censos demográficos permitem mais otimismo. Necessidade de reformas sociais, agrárias etc.

Acervo ISA

Deve haver maior coordenação na política dos países doadores. As instituições ambientais e de desenvolvimetno são frágeis: contradições internas na União Européia, por exemplo entre a França e a Alemanha, também entre a Alemanha e o Japão. (...).

Vice-Presidente Burkhard Hisch

Será encaminhada a proposta para a Comissão de Cooperação Econômica e Desenvolvimento e para a Comissão do Meio Ambiente, Proteção à Natureza e Segurança de Usinas Nucleares, com a aprovação de todos.

Junho de 1996.

verde.doc/ab

Acervo ISA

Parlamento Alemão Drs. 13/...
13. Periodo Legislativo 19.5.95

Ampla interpelacao dos parlamentares Dr. Uschi Eid, Dr. Angelika Köster-Lossack, Wolfgang Schmitt (Langenfeld) e da Bancada da Alianca 90 / Verdes

As consequencias do malogro das medidas preliminares politico-desenvolvimentistas para a protecao das florestas tropicais, tendo em consideracao especial o Brasil

Primeira parte

O Governo federal declarou, em 1988, a protecao das florestas tropicais como ponto prioritario de sua cooperacao para o desenvolvimento com o Brasil. Tomou iniciativas semelhantes em relacao a outros pa'ses possuidores de florestas tropicais. Desta maneira, reagiu a ameaca sofrida pelas florestas tropicais, que assumira proporcoes dramaticas e se tornara um grave perigo para o clima global e a diversidade de especies. Tais iniciativas politico-desenvolvimentistas assinalaram tambem a intencao do Governo federal - alem de manter projetos-pilotos de protecao isolados - de abandonar sua antiga participacao ativa na degradacao das florestas nas regioes tropicais e sub-tropicais.

Em 26 de outubro de 1990, o Parlamento federal alemao aprovou a recomendacao e o relatorio (Drs. 11/8009) referentes ao segundo relatorio da Enquete Comission "Medidas Preventivas para Protecao da Atmosfera Terrestre" sobre o tema "Protecao das Florestas Tropicais" (Drs11/7220). Neles o Governo federal foi incitado a assumir com enfase a meta "de reduzir ate o ano 2000 o volume da destruicao anual em cada pais possuidor de florestas tropicais (pelo menos) para o patamar de destruicao alcancado em 1980". No ambito do sistema da ONU, o Governo federal deveria pressionar para que "seja examinado se das atividades de todos os orgaos das Nacoes Unidas, bem como dos estados-membros resultam efeitos destrutivos para as florestas tropicais. Efeitos negativos ja reconhecidos que contribuam ou tenham contribuido direta ou indiretamente para a destruicao das florestas tropicais (devem) ser erradicados imeditamente. Estas exigencias (eram dirigidas) com especialidade as organizacoes executoras de projetos como o Banco Mundial". As medidas nacionais adotadas pela Repœblica Federal da Alemanha deveriam partir da "ampliacao das atividades de programas e projetos no ambito dos planos nacionais de protecao das florestas tropicais", da "sustentabilidade de todas as acoes intergovernamentais", da "alocacao de novos recursos" e das "facilidades da divida para os paises possuidores de florestas tropicais", devendo atuar de modo exemplar " no sentido de esgotar as possibilidades legais no tocante a configuracao das relacoes comerciais". Alem disso, deveria colocar anualmente uma verba de 250 milhoes de marcos a disposicao da protecao das florestas tropicais. Esta soma deveria ser duplicada, a partir de 1994, perfazendo 500 milhoes de marcos ao ano. Adicionalmente, o Governo federal deveria continuar

Acervo ISA

ampliando seus esforcos no setor do perdao da divida "em especial perante os paises possuidores de florestas tropicais".

Diante dos escassos progressos alcancados, a Enquete Comission considerou, em 1994 , os "esforcos empreendidos para proteger as florestas tropicais (como) simples medidas preliminares, que necessitam de correcoes e complementacoes em aspectos essenciais" (Drs. 12/8350). Em aditamento as suas recomendacoes anteriores, a Comissao aconselhou o Governo federal a aplicar, em maior escala do que atualmente, medidas de supressao de dividas que compreendessem tambem aqueles financiamentos previstas pelas garantias Hermes.

Inumeros dados comprovam que as medidas que estao sendo aplicadas sao insuficientes, talvez mesmo contraproducentes, tanto em termos ecologicos como sociais. Um estudo efetuado pela Organizacao de Meio Ambiente e Desenvolvimento URGEWALD aponta para o fato de o Banco Mundial contribuir ainda hoje consideravelmente para a degradacao da floresta tropical no Brasil. As florestas tropicais continuam da mesma maneira a ser irreversivelmente destruidas e degradadas com grande rapideza nivel mundial. Deste processo participam as empresas, os governos e as organizacoes oficiais tanto dos paises industrializados como dos paises possuidores dessas florestas. Diante de uma evolucao de tal modo inquietante, faz-se necessario um balanco parcial da politica bi e multilateral relativa as florestas tropicais e uma verificacao das medidas politicas preliminares, para obter indicacoes precisas quanto a correcoes e complementacoes como aquelas exigidas pela Enquete Comission "Medidas Preventivas para Protecao da Atmosfera Terrestre".

A.) Dimensao e Dinamica da Degradacao

A destruicao das florestas tropicais umidas e secas aumentou em proporcoes dramaticas na decada de 80, provocando perigos consideraveis para seus habitantes, sua diversidade de especies e o equilibrio ecologico regional e planetario. A degradacao de grandes areas florestais pode levar a consequencias tao desastrosas como a devastacao/retirada devastadora da cobertura vegetal. A dimensao real e a dinamica da degradacao sao, contudo, muito insuficientemente conhecidas. O INPE, instituto brasileiro de pesquisa responsavel no setor, ja nao publica dados oficiais para o pais detentor da maior floresta tropical (Brasil) desde 1991, e as cifras relativas aos incendios nao presta esclarecimentos acerca das superficies danificadas. Faltam, assim, referencias suficientes para a urgencia de um redirecionamento politico e para a extensao adequada das medidas preventivas necessarias. Por isso, indagamos o Governo federal:

1. O objetivo estabelecido pela Enquete Comission Atmosfera Terrestre em 1990 para a protecao da floresta tropical (reverter ate o ano 2000 a taxa de desmatamentos ao patamar de 1980) representa para o Governo federal uma diretriz de carater vinculativo e o objetivo de proteger e conservar o mais amplamente possivel as florestas tropicais refere-se tambem as configuracoes arboreas das savanas (floresta de vegetacao aberta, florestas tropicais secas)?

Acervo ISA

2. Como se desenvolveram os desmatamentos e degradacoes (derrubadas de matas, impactos da mineracao, poluicao por agrotoxicos, etc) das florestas tropicais na America Latina, Africa e Asia, durante a decada de 90 e segundo que fontes, ate 1994 inclusive?

3. Como o Governo federal se informa acerca do desenvolvimento das degradacoes das florestas tropicais nos paises considerados prioritarios para seu engajamento, se nao existem dados oficiais? Quais as observacoes proprias resultantes das inumeras missoes e contactos existentes nas mais diversas regioes de florestas tropicais do Brasil e outros paises?

4. O Governo federal e de opiniao que seja possivel declarar "fim do estado de alerta" para a Amazonia e outras regioes de florestas tropicais ou ate mesmo - em funcao do principio de prevencao - fortalecer seu engajamento?

B.) Causas da degradacao das florestas tropicais

Respostas adequadas para enfrentar os desafios politico-desenvolvimentistas e politico-ecologicos quanto ao significado da destruicao das florestas tropicais somente poderao ter um efeito duradouro, se houver um conhecimento adequado e se forem levadas em conta as causas a nivel nacional e internacional. Deve-se considerar neste contexto que intervencoes relativamente limitadas (infra-estrutura, exploracao de recursos isolados, etc) podem ter como consequencia um efeito-domino incontrolavel, uma vez que medidas eventualmente previstas para o controle ou limitacao dos riscos ecologicos sao, na maioria das vezes, completamente impotentes devido a fraquezas do poder estatal para impo-las ou a situacoes existenciais de emergencia. As intervencoes economicas que ameacam a conservacao das florestas tropicais sofrem a influencia da conjuntura economica mundial, que aumenta a pressao sobre os recursos. Medidas de protecao que - semelhantes aos modelos "end-of-the-pipe" na politica industrial do meio ambiente - visam apenas o fim de uma cadeia de efeitos estao ameacadas de se tornar inocuas ou ineficientes, diante de um complexo de causas interdependentes. Por isso, interpelamos o Governo federal:

1. O Governo federal concorda com a opiniao de que a apropriacao da base de recursos naturais e a exploracao dos recursos das areas de florestas tropicais consistem em um dos fatores principais dentre as causas diretas e indiretas da degradacao daquelas florestas?

a. De que materias sao formados primordialmente os fluxos de recursos provenientes de regioes de florestas tropicais dirigidos para a Republica Federal da Alemanha e a Uniao Europeia?

Acervo ISA

b. Existem referencias seguras de que uma parte consideravel destas materias sejam produzidas de modo ecologico e economicamente sustentavel? A madeira em areas de florestas tropicais com producao sustentavel continuam representando atualmente um valor apenas milesimal (compare Estudos Poore para o final da decada de 80)?

2. O Governo federal concorda com a opiniao de que fatores como alto valor do servico da divida, condicoes desfavoraveis de troca, direcionamento exclusivo para a exportacao, altas taxas de exportacao, programas de adaptacao estrutural e investimentos ecologicamente descontrolados em muitos paises influenciam a dimensao e o ritmo da destruicao e ameaca das florestas tropicais?

a. O Governo federal ja empreendeu quaisquer esforcos, isoladamente ou no ambito da cooperacao internacional, para efetuar uma analise e uma avaliacao destas causas macroeconomicas da destruicao das florestas tropicais? Em caso positivo, quais sao os resultados?

b. Na opiniao do Governo federal, que tipo e dimensao as adaptacoes estruturais especificas da economia mundial deveriam assumir, para possibilitar uma conservacao das florestas tropicais a longo prazo?

3. O Governo federal concorda com a opiniao de que os governos de muitos paises possuidores de florestas tropicais, atraves de sua politica economica, agraria, de investimentos, financeira, de expansao da fronteira agricola e ou outras semelhantes, compartilham de modo significativo a responsabilidade pela destruicao das florestas tropicais em seus territorios?

a. Na opiniao do Governo federal, que sentido politico e pratico tem projetos e programas isolados de protecao a floresta tropical, se a respectiva politica local, regional ou nacional objetiva de modo ativo a colonizacao e exploracao das florestas tropicais e/ou a exaustao e degradacao das regioes de florestas tropicais?

4. O Governo federal concorda com a observacao de que as consequencias indiretas de investimentos isolados (mineracao, estradas, usinas de energia, agroindustria, etc.) - como se observa na regiao brasileira de Carajas - sao via de regra graves e freqüentemente ate mais serias que as diretas e que elas, ao contrario das consequencias diretas e riscos na area do projeto, sao muitas vezes quase incontrolaveis?

C.) Participacao de organizacoes governamentais multilaterais e bilaterais

A cooperacao bi e multilateral foi em inumeros casos co-responsavel pela destruicao florestal em muitos paises tropicais e subtropicais, atraves de projetos e programas de adaptacao estrutural. Apesar das mudancas institucionais e programaticas, os bancos multilaterais de desenvolvimento especialmente sao condenados pelos atingidos em razao de sua participacao continuada em projetos e programas socioambientalmente

Acervo ISA

inescrupulosos. Um estudo realizado pela URGEWALD comprova, no caso do Brasil, que a cooperacao para o desenvolvimento continua participando direta e indiretamente da destruicao das florestas tropicais. Como o pais possuidor da maior floresta tropical e, ao mesmo tempo, foco prioritario de iniciativas internacionais para protecao das florestas tropicais, o Brasil tem um valor exemplar quanto ao sucesso de uma reorientacao da cooperacao para o desenvolvimento. Contudo, se esta continua ainda sendo largamente responsavel por danos socioambientais a nivel mundial, apesar das recomendacoes feitas no sentido da introducao de reformas, como por exemplo a da Enquete Comission Atmosfera Terrestre, isto aponta para uma necessidade aguda de entrar em acao. Por isso interpelamos o Governo federal:

1. Que projetos em andamento, aprovados ou em fase de planejamento do grupo do Banco mundial, dos bancos de desenvolvimento regionais ou de organizacoes governamentais alemas deixam antever, em razao do calculo de risco apresentado nos relatorios de pericia ou outros indicios na documentacao do projeto, que serao nocivos ou perigosos para as florestas tropicais?

2. O Governo federal considera como protetor do clima o projeto-piloto da usina de eucalipto da CVRD e seus consorcios, apoiado pelo Fundo Global do Meio Ambiente (GEF), previsto para ser lancado internacionalmente e englobando um total de muitos milhoes de hectares de plantacoes visando a producao energetica?

3. Com relacao a que paises o Governo federal dispoe de dados sobre relacoes entre graves danos causados a floresta tropical e a presenca de projetos de desenvolvimento de impacto florestal (como por exemplo ao longo dos corredores de exportacao (rodovias) na Rondonia, no Acre e em Mato Grosso, com financiamento multilateral, e na area de influencia dos projetos de exportacao de materias primas como no complexo minero-metalurgico do Programa Grande Carajas)?

a. De acordo com a opiniao do Governo federal, que superficies de florestas umidas e secas encontram-se ameacadas na area de influencia do projeto de construcao de rodovias do Banco Mundial na regiao de Carajas e sao as medidas tomadas para limitar os riscos do projeto, na opiniao do Governo federal, apropriadas para prevenir com eficacia as consequencias negativas diretas e indiretas para as florestas e savanas envolvidas e as populacoes de pequenos agricultores e indigena na area do projeto nos estados do Maranhao, Piaui e Tocantins)?

b. Foram implantados, preparados ou planejados, na periferia de florestas, savanas ou territorios indigenas, projetos de construcao de estradas (como a BR364 no Acre, BR174 no Amazonas) com recursos superiores a 310 milhoes de dolares concedidos pelo Banco Mundial ao Governo brasileiro no ambito do financiamento para o setor rodoviario ("Brazil Highways Management and Rehabilitation Project, credito no. 3169)? O impacto socioambiental das medidas correspondentes foi cuidadosamente examinado? Que consequencias este

Acervo ISA

projeto teve sobre pequenos estabelecimentos rurais e paisagens semi-naturais na area de influencia da ampliacao co-financiada do Corredor de Exportacao Oeste-Leste BR242 no estado da Bahia?

c. Na avaliacao do Governo federal, o desmatamento de mil hectares de floresta umida primaria previsto numa fase inicial de ampliacao pelo Projeto de Caulim Rio Capim Quimica S.A. (RCQSA), financiado pelo Banco Mundial, e os outros riscos ligados a este projeto sao ecologicamente justificaveis? E, na opiniao do Governo federal, sao suficientes as medidas adotadas para limitar os riscos do RCQSA, especialmente para controlar a ocupacao espontanea e o desmatamento nas cercanias deste projeto de exploracao a ceu aberto?

4. Onde a cooperacao para o desenvolvimento gera informacoes sobre recursos do solo de interesse economico, por exemplo atraves da participacao em projetos de ordenamento territorial para regioes de florestas tropicais ainda inexploradas ou atraves de medidas de prospeccao de materias primas?

a. Em que paises a cooperacao economica gera dados de interesse acerca da interesse economico para o comercio de madeiras tropicais, atraves da compilacao dos recursos madeireiros, como por exemplo a GTZ em Sarawak/Malasia?

5. Quais sao os paises em que estao concentrados os incentivos da cooperacao economica para as monoculturas de arvores ligadas a exportacao (eucalipto, pinheiro, palmeiras oleaginosas, etc) e como fica garantido que nao serao destruidas florestas naturais e semi-naturais, ou que produtores voltados para a satisfacao das necessidades basicas nao serao desalojados?

6. Onde bancos de desenvolvimento trabalham com empresas (como por exemplo CVRD ou CAEMI, no Brasil) que sao responsaveis pela degradacao da floresta tropical?

a. Quanta mata foi derrubada pelas firmas europeias (Danzer, dentre outras) que participam do projeto de manejo florestal do Banco Mundial na Costa do Marfim?

7. O Governo federal considera relevante combater a duvidosa influencia politico-desenvolvimentista de empresas e suas confederacoes sobre o Banco Mundial atraves de observacao cuidadosa e de controles?

8. Como o Governo federal controla, no caso de interpelacoes no Parlamento ou de reacoes da opiniao publica, se as referencias em pauta feitas pelos bancos multilaterais em relacao a cada projeto sao verdadeiras?

9. Como as organizacoes financiadoras e executoras da cooperacao para o desenvolvimento ou seus mandatarios respondem pelos danos causados atraves de infracoes cometidas contra as normas trabalhistas, acordos ou o direito nacional ou internacional?

Acervo ISA

D.) Balanco dos projetos de carater ambiental

Em consequencia dos danos socioambientais causados por projetos de desenvolvimento, as organizacoes bi e multilaterais de desenvolvimento incluiram, a partir da decada de 80, projetos de carater ambiental em seus programas de financiamento. Estes programas deveriam por um lado ajudar a corrigir e compensar os danos causados pela cooperacao para o desenvolvimento e por outro lado contribuir para a politica ambiental dos paises recipiendarios. Ate o momento, estas medidas tem se concentrado na correcao de problemas graves ou em projetos isolados, mas nao no combate das causas da degradacao florestal e da destruicao das condicoes basicas de vida de suas populacoes. Ao lado daqueles projetos onde a protecao do meio ambiente foi "incluida posteriormente" encontram-se os programas do chamado manejo sustentavel que, por falta de processos ja comprovados correm o perigo de degradar os recursos locais por superutilizacao. O instrumento tecnico-administrativo de zoneamento ecologico-economico, ultimamente popular entre os planejadores da politica da floresta tropical, encontra-se nao somente diante de uma carencia de formas de apropriacao adequadas a longo prazo, mas tambem corre o perigo de ser instrumentalizado por poderosos interesses economicos.

1. Que sucessos praticos a cooperacao para o desenvolvimento pode comprovar em termos de evitar a deterioracao ambiental de florestas tropicais concretamente ameacadas? De que superficies se trata?

2. Qual a relacao entre o volume de projetos para evitar concretamente os riscos para a floresta (como limitacao do desmatamento) e o volume daqueles previstos para areas menos ameacadas (como parques nacionais em regioes afastadas)?

3. A cooperacao para o desenvolvimento dispoe de exitos concretos com modelos comprovados de manejo florestal sustentado? Em caso positivo, quais seriam eles?

4. O Governo federal observou que paises possuidores de florestas tropicais requerem ou empregam recursos da cooperacao para o desenvolvimento para utilizar para outros fins, como manter uma boa imagem, atos simbolicos, preparativos camuflados para o manejo das florestas tropicais ou outros semelhantes?

5. Na opiniao do Governo federal, a cooperacao para o desenvolvimento pode produzir um efeito significativo para a conservacao de determinadas areas florestais, que corresponda mais ou menos ao cenario apresentado pela Enquete Comission Atmosfera Terrestre?

I. Iniciativas financiadas por subsidios: O Programa-Piloto para Preservacao das Florestas Tropicais do Brasil

Acervo ISA

1. Qual o estagio de execucao ou de preparacao dos seguintes componentes do Programa-Piloto para Preservacao das Florestas Tropicais: Projeto Indigena, Projetos Demonstrativos, Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Projeto de Politica dos Recursos Naturais, expresso tambem em percentuais do desembolso? E quais os obstaculos que impedem a concretizacao dos componentes cronologicamente mais urgentes do Projeto Indigena?

2. Que resultados concretos foram alcancados por projetos bilaterais de protecao da floresta tropical no Brasil associados ao Programa-Piloto, tambem segundo dados percentuais referentes ao nivel de desembolso e servicos prestados?

II Zoneamento ecologico- economico

1. Em que paises os bancos multilaterais de desenvolvimento, a Uniao Europeia ou a Republica Federal da Alemanha apoiam zoneamentos ecologico- economicos ou planos de desenvolvimento em areas de florestas tropicais ainda inexploradas?

2. Como o Governo federal pretende prevenir com efic‡cia uma funcionalizacao dos zoneamentos ecologico-economicos em areas de florestas tropicais para o levantamento do inventario das riquezas do solo e a dilapidacao socioecologica incontrolavel ou interesses militares alheios a questao?

a. Que produtos, elementos, resultados do projeto de zoneamento da Amazonia podem ser aproveitados pelo servico de vigilancia da Amazonia SIVAM/SIPAM, controlado pelos militares e de infra-estrutura previsivelmente potente, no sentido de uma integracao, subordinacao e funcionalizacao do zoneamento?

3. Onde ha experiencias positivas com o controle de zoneamento ecologico-economico, por exemplo atraves da participacao substancial de ONGs?

4. Na opiniao do Governo federal, existe o perigo de limitacoes do manejo ecologico eventualmente previstas pelos zoneamentos economico-ecologicos em regioes pobres e economicamente fracas serem enfraquecidas em decorrencia de pressoes politicas, de maneira que os recursos venham a sofrer uma superutilizacao?

Segunda parte

E.) Condicoes basicas contraproducentes e fracasso da condicionalidade

Segundo opiniao oficial amplamente difundida, a cooperacao economica deve apoiar modelarmente os esforcos de desenvolvimento dos paises recipiendarios atraves de beneficios concretos, contribuindo para a melhoria das

Acervo ISA

condicoes basicas daqueles paises. Assim, tambem no setor da cooperacao na area das florestas tropicais, os doadores tanto bilaterais como multilaterais ressaltaram reiteradamente a importancia de uma esfera politica favoravel e pelo menos nao contraproducente. A cooperacao economica em condicoes basicas desfavoraveis parece realmente nao ter sentido, visto que os seus efeitos nao podem ser duradouros e sao neutralizados por processos adversos. Em muitos casos porem, a insistencia da parte doadora na consecucao de condicoes basicas coerentes permaneceu sem resultado e parece ser pouco levada a serio. Tendo em vista as relacoes de parceria bem como um procedimento abrangente, e alem disso problematica a nao inclusao das condicoes basicas vigentes no norte nessas exigencias de coerencia. Por isso interpelamos o Governo federal:

1. A coerencia dos objetivos ecologicos e sociais dos projetos de protecao das florestas tropicais com as condicoes basicas politico-financeiras nos paises destinatarios e para o Governo federal requisito da concessao de recursos da cooperacao economica?
2. Atualmente, para que paises parecem ser tais condicoes basicas tao favoraveis que justifiquem um engajamento politico na cooperacao economica relacionado com a floresta tropical, e para quais paises elas parecem ser desfavoraveis?
3. No entendimento do Governo federal, os investimentos (como estradas, centrais eletricas ou inventarios de recursos naturais) pertencem as condicoes basicas arriscadas, visto que tem uma funcao de ruptura para as florestas tropicais, provocando impactos incontrolaveis?
4. Quais os exitos que a cooperacao economica pode apresentar ate agora no campo do trabalho da floresta tropical no sentido de melhoria das condicoes basicas?

Observacao da coerencia das condicoes basicas

1. Ha melhorias ou agravamentos, em especial na politica do meio ambiente brasileira, desde dezembro de 1991, apos a promessa do G7 em apoiar financeiramente o programa-piloto do Brasil?
2. Quais os agravamentos das condicoes basicas no territorio nacional brasileiro sao conhecidas do Governo federal, alem da dissolucao do Codigo Florestal, da anulacao de 22 reservas naturais, da execucao do projeto do corredor de exportacoes em Carajas e da concessao de creditos bilionarios para investimentos na Amazonia atraves do BNDES?
3. Quais os agravamentos das condicoes basicas sao conhecidos do Governo federal a nivel de cada estado brasileiro da Federacao, como por exemplo a resistencia contra a demarcacao de terras indigenas em Roraima e no Maranhao, a construcao da rodovia no Acre, o projeto da barragem na Mata Atlantica de Sao Paulo ou a deterioracao da politica florestal no Parana?
4. O Governo federal nao manifesta indiferenca e inconseqüencia quanto a questao da coerencia, ao negociar durante anos com o governo acreano sobre um projeto de zoneamento territorial, enquanto aquele governo leva adiante a construcao de uma rodovia em direcao as florestas tropicais primarias?

Acervo ISA

Possibilidades de influencia sobre as condicoes basicas contraproducentes

1. Quais os instrumentos e mecanismos eficazes estao a disposicao da cooperacao economica, no sentido de fazer valer a influencia direcionada a garantir as condicoes basicas necessarias, a melhora-las nos casos convencionados ou a corrigi-las nos casos em que houve agravamento? Essas possilibidades sao aproveitadas pela cooperacao economica? O Governo federal considera essas medidas preliminares como sendo suficientes?
2. Segundo a opiniao do Governo federal, quais sao os motivos da coerencia insuficiente das respectivas politicas nacionais nos diversos paises recipiendarios com os objetivos da cooperacao no setor da floresta tropical?
3. Houve um dialogo com os governos em questao, inclusive com o Governo brasileiro, sobre tal incoerencia e sua superacao? Quando nao, por que nao?
4. Examinou o Governo federal alguma vez, e com quais resultados, quantas violacoes contra o principio e o texto dos acordos sobre as condicoes basicas de projetos (como Planafloro, projeto florestal da Republica da Costa do Marfim, etc.) o Banco Mundial admite? Qual o parecer do Governo federal no que concerne ao limite de intervencao do Banco Mundial no caso de tais violacoes, muito alto ou muito baixo?
5. Pretende o Governo federal discutir concreta e amplamente a coerencia das condicoes basicas da politica brasileira, por ocasiao da reuniao dos participantes do programa-piloto do Brasil, previsto para meados de 1995?
6. Preve eventualmente o Governo federal um dialogo politico semelhante tambem com outros paises recipiendarios de sua cooperacao relativa a floresta tropical.

Coerencia das condicoes basicas da economia mundial

1. Que papeis representam para o Governo federal fatores como a evolucao conjuntural, pobreza estrutural, endividamento, intercambios e outras influencias economicas internacionais, com vistas a aptidao de um pais recipiendario para encetar uma politica coerente de protecao da floresta tropical?
2. De acordo com a opiniao do Governo federal, os principios de credibilidade e a lealdade implicam que as exigencias de uma alteracao das condicoes basicas relevantes nao sejam direcionadas somente aos paises mais fracos (paises possuidores de florestas tropicais e sobretudo aqueles mais pobres), mas sim, segundo aspectos objetivos, a todos os paises envolvidos direta ou indiretamente na destruicao das florestas tropicais, inclusive os paises industrializados?
3. E uma questao relevante para o Governo federal, se as transacoes politico-economicas referentes a importacao de soja, de minerio de ferro ou madeira provenientes da Amazonia, tanto dos europeus quanto dos alemaes, contrapõem-se aos objetivos de protecao da floresta tropical?
4. Que premissas basicas internacionais, europeias e alemas sao para o Governo federal importantes para o exito das medidas preliminares de protecao das florestas tropicais?

Acervo ISA

5. Quais as conseqüencias que o Governo federal tira das consultas da "mesa redonda" teuto-brasileira destinada a regiao de Carajas, coorganizada pela "Conferencia Conjunta Igreja e Desenvolvimento - GKKE" e co-financiada pelo Governo alemao, no sentido de uma maior coerencia ecologica e social da politica alema com as necessidades daquela empresa regional?

F.) Reforma e reordenacao da politica relativa a floresta tropical

Os projetos de protecao a floresta tropical dos ultimos oito anos foram marcados por fracassos bastante consideraveis. Numerosas iniciativas nesse sentido estagnaram em uma esfera politico-economica, na qual domina o interesse em um aproveitamento inescrupuloso sob o aspecto ecologico e social das florestas tropicais. Empresas da economia privada e governos regionais continuam entretanto devastando macicamente as florestas tropicais em muitas localidades atraves do corte de madeira, da mineracao e da construcao de estradas. Grande parte dos projetos de desenvolvimento vinculados ao meio ambiente cristaliza-se ate agora a partir do ponto final de uma cadeia de causas destruidoras da natureza ou socialmente irresponsaveis, como e o caso do fomento a reserva natural. Concomitantemente, muitos projetos obedecem a concepcoes tecnocraticas e centralistas ainda nao experimentadas de ordenamento do territorio e exploracao florestal, as quais estao repletas de riscos, porquanto ate agora apenas modalidades economicas tradicionais parecem ser ecologicamente sustentaveis. Nesse contexto, a politica relativa a floresta tropical nao aparenta ter perspectiva, ja que as causas das enormes destruicoes ficam excluidas dos seus esforcos, ou sao conduzidas a debil esfera do dialogo politico. O acesso inescrupuloso de empresas internacionais e nacionais as reservas das florestas tropicais, o incentivo a exploracao florestal pelos governos, a enorme pressao exercida pela economia mundial objetivando o aproveitamento de localidades facilmente poluiveis e os modelos de producao e de consumo das sociedades industrializadas, que se servem de maneira dilapidatoria dos recursos naturais, ameacam devastar consideravelmente, em poucos decenios, as florestas tropicais existentes. Estes fatores prepotentes prejudicam nao somente as fracas iniciativas de protecao da cooperacao economica; eles as ameacam de ate mesmo usa-las como instrumento para os seus fins e de degrada-las vergonhosamente. Tendo como pano de fundo tudo isso, a protecao a floresta tropical parece, portanto, ter apenas uma chance, se se tornar tarefa orientadora da politica economica, comercial e financeira internacional. Por isso, interpelamos o Governo federal:

1. Na selecao, compilacao e aplicacao dos diferentes instrumentos possiveis relativos a protecao da floresta tropical (financiamento de regiões protegidas, perdao da divida, restricoes comerciais vinculadas a ecologia, acordos internacionais, fortalecimento politico a ambientalistas locais e muitos outros mais), deixa-se o Governo federal orientar por analises fundamentadas de sua eficacia, que correspondem aos patamares atuais do conhecimento politico desenvolvimentista e ecologico? Em caso positivo, como isso se expressaria na formacao de sua politica relativa a floresta tropical, em contraposicao ao "business-as-usual" de epocas anteriores?

Acervo ISA

2. Como o Governo federal interpreta e satisfaz a recomendacao da Enquete Commission sobre o Clima referente "a correcoes e complementacoes essenciais" de sua politica sobre a floresta tropical?
3. Esta disposto o Governo federal a examinar a coerencia dos diversos setores de sua politica (agricultura, comercio, financas, cooperacao economica, avais a exportacao, politica de consumo, etc.) com os objetivos da protecao a floresta tropical? Em caso negativo, por que nao?

I. Reforma da cooperacao economica

1. O Governo federal e da opiniao de que a ajuda ao desenvolvimento bilateral e multilateral esta essencialmente coerente com os objetivos da protecao da floresta tropical? Em caso negativo, onde se encontram as maiores incoerencias?
2. Compartilha o Governo federal a opiniao de que um controle melhorado dos bancos de desenvolvimento multilaterais e de seus fundos ecologicos possa contribuir sobremaneira para evitar os efeitos ecologica e socialmente nocivos de seus projetos e de sua politica de adaptacoes estruturais nas florestas tropicais?
3. Segundo a opiniao do Governo federal, a introducao de uma abrangente responsabilidade civil e responsabilidade por danos das organizacoes de desenvolvimento bilaterais e multilaterais poderia contribuir para a prevencao de danos sociais e ecologicos nas regiões possuidoras de florestas tropicais?
4. Apoia o Governo federal uma ampliacao da competencia da "Painel de Inspeccao" do Banco Mundial (Inspection Panel) sobre a atividade da Corporacao Financeira Internacional (IFC) e da "Agencia Multilateral de Garantias a Investimentos - MIGA" e a instituicao de uma "Painel de Inspeccao" destinada a cooperacao economica da Republica Federal da Alemanha? Em caso negativo, por que nao?

II. Equilibrio Norte-Sul como pre-requisito da protecao a floresta tropical

1. Para o Governo federal seria digno de estudos saber como as chances de uma politica de protecao a floresta tropical ecologica, social, coerente e inter-relacionada poderiam ser melhoradas para os paises detentores de florestas tropicais, face a continuada incoerencia de sua politica florestal, atraves de medidas economicas e politicas especificas da comunidade internacional?
2. Compartilha o Governo federal a opiniao de que e necessaria a reducao do onus das dividas dos paises possuidores de florestas tropicais, com vistas a criar margens economicas para uma preservacao duradoura das florestas tropicais?
3. Com relacao ao perdao de dividas efetuado pelo Governo federal, qual a participacao deste no total do endividamento externo de cada pais possuidor de florestas? Pretende o Governo federal realizar outras remissões da divida?
4. Esse perdao de dividas pode transformar-se em chances adicionais para a protecao da floresta tropical, enquanto ainda for exercida uma forte pressao da divida remanescente na destruicao da floresta?

5. Compartilha o Governo federal a opiniao de que as importacoes alemas e europeias oriundas de regiões de floresta tropical contribuiram ou ainda contribuem sensivelmente para a destruicao das florestas tropicais?
6. Que medidas adota o Governo federal para alcancar uma compatibilidade ecologica e social do comercio exterior com as regiões de florestas tropicais?
7. Ha precaucoes e esforcos de coordenacao para evitar que projetos e programas orientados para a exportacao levem a superproducao, queda de precos e destruicao de reservas nas regiões florestais?
8. Espera o Governo federal reducoes concretas na destruicao e degradacao das florestas tropicais resultantes de identificacao voluntaria da madeira tropical produzida de maneira controlada?

III Fortalecimento politico da protecao a floresta tropical

1. Que possibilidades ve o Governo federal de fortalecer a posicao dos ambientalistas nos paises possuidores de florestas tropicais? Ve o Governo federal possibilidades de prestacao de tal apoio atraves da promocao de parceiros locais dessas ONGs?
2. Quais as medidas que o Governo federal adota a nivel internacional e europeu no sentido de apoiar os povos indigenas e outros grupos tradicionais das florestas tropicais?
3. As diretrizes ecologicas e sociais e as melhores medidas preliminares da cooperacao economica alema representam linhas de orientacao obrigatorias para o posicionamento do Governo alemao nas negociacoes de acordos internacionais relativos a protecao das florestas tropicais (e de outras)?
4. Pleiteia o Governo federal acordos internacionais que contenham objetivos obrigatorios de areas naturais de florestas tropicais?
5. Ve o Governo federal o perigo de que acordos internacionais sobre a protecao florestal possam tornar-se acordos sobre o aproveitamento mais intensivo da floresta?
6. Estaria o Governo federal, face a continuada urgencia da tematica, disposto a relatar sobre o desenvolvimento das reservas de florestas tropicais e de incluir adequadamente a questao da coerencia da politica nacional e internacional no relatorio anual do Governo alemao referente as florestas tropicais?

Acervo ISA

2.5.2.005

13/3338

Resposta do Governo Federal

à Ampla Interpelação dos parlamentares Drª Uschi Eid, Drª Angelika Köster-Loßack, Wolfgang Schmitt (Langenfeld) e da bancada da ALIANÇA 90/VERDES

- Parte I - Impresso 13/1637 e - Parte II - Impresso 13/1638

Política do Governo Federal e medidas preliminares político-desenvolvimentistas para a proteção das florestas tropicais, tendo em consideração especial o Brasil

Parte I

A. Dimensão e dinâmica da degradação

A destruição das florestas tropicais úmidas e secas aumentou em proporções drmáticas na década de 80, provocando perigos consideráveis para seus habitantes, sua diversidade de espécies e o equilíbrio ecológico regional e global. A degradação de grandes áreas florestais pode levar a consequências tão desastrosas como a devastação da cobertura vegetal. A dimensão real e a dinâmica da degradação são, contudo, muito pouco conhecidas. O INPE, órgão brasileiro de pesquisa responsável no setor, já não publica dados oficiais para o país detentor da maior floresta tropical (Brasil) desde 1991, e as cifras relativas às queimadas não esclarece sobre as superfícies destruídas. Faltam, assim, referências suficientes para a urgência de um redirecionamento político e a extensão adequada das medidas preventivas necessárias.

Por isso, interpelamos o Governo Federal:

Questão I A 1

O objetivo estabelecido pela «Comissão de Enquête Atmosfera Terrestre» em 1990 para a proteção à floresta tropical (reverter até o ano 2000 a taxa de desmatamento ao patamar de 1980) representa para o Governo Federal uma diretriz de caráter vinculativo e o objetivo de proteger e conservar o mais amplamente possível as florestas tropicais refere-se também às configurações arbóreas das savanas (florestas de vegetação aberta, florestas tropicais secas)?

Acervo ISA

Resposta:

O Parlamento Federal Alemão aprovou em 26 de outubro de 1990 a recomendação final e o relatório da Comissão de Meio Ambiente, Proteção à Natureza e Segurança de Reatores (Impresso 11/8009) sobre o 2º relatório da Comissão de Enquête «Prevenção para Proteger a Atmosfera Terrestre», com relação ao tema «Proteção às Florestas Tropicais» (Impresso 11/7220). Como meta mais urgente, formulou-se por termo à elevação rápida das taxas de destruição das florestas tropicais. O Governo Federal foi conclamado a agir a todos os níveis no sentido de que o valor das taxas anuais de destruição em cada país tropical voltasse até o ano 2000 a estar abaixo das do ano de 1980.

O Governo Federal está disposto a contribuir, no âmbito de suas medidas de apoio, programas bilaterais, a nível de União Européia e multilaterais, para alcançar esta meta. A concepção setorial «Floresta Tropical» do Ministério Federal da Cooperação Econômica e Desenvolvimento está voltada de maneira especial para a preservação dos recursos florestais nos países em desenvolvimento. Neste contexto são possíveis medidas de apoio a todas as formações florestais nos trópicos.

Questão I A 2

Como se desenvolveram os desmatamentos e as degradações (derrubadas de matas, impactos da mineração, poluição por agrotóxicos, etc.) das florestas tropicais na América Latina, África e Ásia durante a década de 90, até 1994, inclusive, e segundo que fontes?

Resposta:

O Governo Federal relatou em seu 4º Relatório sobre as Florestas Tropicais (Impresso 13/1859) sobre os resultados do levantamento dos recursos florestais mundiais feito pela FAO (ano-base 1990). Este levantamento contem o desenvolvimento da superfície florestal no período entre 1981 e 1990. Não contamos com novos dados sobre o desenvolvimento da superfície florestal nos trópicos. O mesmo seja dito com respeito a dados estatísticos sobre a degradação das florestas tropicais. A FAO foi solicitada pela comunidade dos Estados a apresentar dados sobre os mais recentes desenvolvimentos no âmbito do próximo levantamento mundial dos recursos florestais. Atualmente ela, em cooperação com outras organizações internacionais, desdobra esforços no sentido de criar os pressupostos para isso.

Acervo FASA

Questão I A 3

Como o Governo Federal se informa sobre o desenvolvimento da degradação das florestas tropicais em países considerados prioritários, para seu engajamento, se inexistem dados oficiais?

Quais as observações próprias resultantes da inúmeras missões e contatos nas mais diversas regiões de florestas tropicais do Brasil e outros países?

Resposta:

Em sua avaliação do desenvolvimento global o Governo Federal recorre aos dados do levantamento da área florestal da FAO do ano de 1990, acima mencionado. Este contem os dados correspondentes ao período de 1980 a 1990 sobre a existência florestal e perdas na maioria dos países com florestas tropicais. Complementarmente o Governo Federal conta com dados de diversas pesquisas científicas e de outras instituições bi e multilaterais, bem como informações de ONGs e da literatura especializada correspondente.

Devido à conhecida insuficiência de muitos dados levantados a nível nacional, o Governo Federal apoia os países em desenvolvimento a realizar uma melhor avaliação de suas superfícies florestais. Os dados sobre superfície florestal, estrutura das florestas e suas funções, colhidos por tais projetos, constituem base de maiores planejamentos e medidas no âmbito da cooperação bilateral para o desenvolvimento.

Pelo desenvolvimento alcançado no setor da prospecção à distância, aérea e espacial, vinculada a dados levantados no solo, é possível hoje obter-se informações muito mais exatas que no passado, tanto em termos qualitativos como quantitativos, sobre as florestas. Tais tecnologias têm sido cada vez mais usadas em projetos de cooperação para o desenvolvimento.

Maiores informações específicas a um país resultam de pareceres, exames e avaliações e dos múltiplos contatos dos assessores e seus respectivos parceiros e instituições especializadas nacionais, no âmbito da cooperação para o desenvolvimento. Exemplificadamente, trabalham para o programa-piloto (PP/G 7) no Brasil, atualmente, cinco assessores da Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ). Serão enviados no começo de 1996 mais 5 assessores para projetos de cooperação de relevância florestal.

Questão I A 4

É o Governo Federal da opinião que seja possível declarar «Fim do Estado de Alerta» para a Amazônia e outras regiões com florestas tropicais ou - já em função do princípio da prevenção - seria recomendável um empenho mais intenso?

Acervo ISA

Resposta:

Tendo em vista as informações disponíveis, o Governo Federal é da opinião que a dimensão da destruição das florestas tropicais continua sendo preocupantemente alta. Caso este desenvolvimento continue como até agora, no próximo século haverão apenas restos da antiga cobertura florestal nos trópicos. Pelo constante crescimento demográfico nos países em desenvolvimento e a maior carência consequente de gêneros alimentícios, madeira combustível e outras matérias-primas, o Governo Federal, além disso, não vê razão para se partir de uma situação básica de distensão. Mesmo que os esforços para reduzir a taxa de destruição florestal demonstrem múltiplos resultados positivos, a pressão sobre as áreas florestais restantes continuará, globalmente, em consequência das causas complexas da destruição das florestas tropicais. O Governo Federal colocou, nos anos passados, consideráveis recursos financeiros à disposição de programas de cooperação técnica e financeira bilaterais e multiplaterais. A Alemanha lidera os países industrializados que se empenham pela preservação das áreas florestais nos trópicos. Os países em desenvolvimento recebem apoio não apenas para melhorar a situação florestal, porém também para a implementação de medidas de combate à pobreza, contenção do crescimento demográfico, garantia da situação alimentar e criação de possibilidades de renda alternativas, a fim de atacarem também as causas da destruição das florestas. Um sucesso quanto a estes fatores-chave para um desenvolvimento sustentável contribui para aperfeiçoar os pressupostos das medidas correspondentes em favor de uma preservação florestal.

Para o Governo Federal, tendo em vista o atual nível de conhecimento sobre dimensão e efeitos das perdas florestais, não são dados argumentos em favor de um menor empenho.

B. Causas da destruição das florestas tropicais

Respostas adequadas para enfrentar desafios político-desenvolvimentistas e político-ecológicos quanto ao significado da destruição das florestas tropicais somente poderão ter um efeito duradouro se houver um conhecimento adequado e se forem levadas em conta as causas a nível nacional e internacional. Deve-se considerar neste contexto que intervenções relativamente limitadas (infraestrutura, exploração de recursos específicos, etc.) podem ter como consequência um «efeito dominó» incontrolável, uma vez que medidas eventualmente previstas para o controle ou a redução dos riscos ecológicos são, na maioria das vezes, completamente impotentes, devido às fraquezas do poder estatal para impô-las ou às situações existenciais de emergência. As intervenções econômicas que ameaçam a conservação das florestas tropicais sofrem as influências da conjuntura econômica mundial

Acervo ISA

que aumenta a pressão sobre os recursos. Medidas de proteção que - semelhantes aos modelos «End of the pipe» na política do meio ambiente industrial - visam apenas o fim de uma cadeia de efeitos, estão ameaçadas de se tornar inócuas ou ineficientes, face a um complexo de causas interdependentes.

Por isso, interpelamos o Governo Federal:

Questão I B 1

Concorda o Governo Federal com a opinião de que a prospecção e a exploração de recursos em áreas florestais tropicais constitui um dos principais fatores dentre as causas diretas e indiretas da destruição destas florestas?

Resposta:

As causas de destruição das florestas tropicais podem apenas condicionalmente serem coordenadas e quantificadas.

O estudo realizado pelo Instituto de Economia Mundial (Institut für Weltwirtschaft), de 1991, por encomenda da Greenpeace, conclui que a destruição florestal nos trópicos é determinada por:

86 - 94%	agricultura, do que 41 - 49% por queimadas para o abastecimento de subsistência
2%	projetos de desbravamento e desenvolvimento em grandes áreas (projetos de colonização, represas. agroindústrias, pecuária extensiva, projetos industriais, etc.)
2 - 10%	formas inadequadas de exploração madeireira.

A grande pressão da colonização consequente também do crescimento demográfico sobre as florestas nos países em desenvolvimento, sistemas de exploração agrícola e técnicas de cultivo não mais adequadas a condicionantes alteradas (shifting cultivation) e as queimadas que lhes são consequentes (p.ex. em Kalimantan/Indonésia), contribuiram de modo considerável para a destruição das florestas tropicais.

a) *De que matérias são formados primordialmente os fluxos de recursos provenientes de regiões de floresta tropical dirigidos à República Federal da Alemanha e à União Européia?*

b) *Existem dados seguros de que uma parte considerável destas matérias sejam produzidas de modo ecológico e economicamente sustentável?*

Acervo ISA

A madeira em áreas de florestas tropicais com produção sustentável continua representando atualmente um valor apenas milesimal (vide o estudo Poore para o final da década de 80)?

Resposta:

Em todo o mundo a madeira é a matéria-prima mais importante das florestas tropicais. Do total de produção de madeira nos trópicos em 1992, contudo, apenas 5,5% foi exportado. Destes, 15% para a União Européia e 2% para a República Federal da Alemanha.

Ao lado da madeira, diversos outros produtos não madeireiros das florestas tropicais úmidas têm importância econômica. Sejam mencionados borracha, vime, bambu, cânfora, resinas, tanino, óleos etéricos, corantes, fibras vegetais, frutos, condimentos, plantas medicinais e carne de caça. Também café e cacau foram originalmente produtos tropicais de colheita sem cultivo (extrativista), mesmo que hoje sejam produtos de um cultivo altamente desenvolvido, não raro em áreas outrora cobertas por florestas tropicais. Estes produtos têm uma grande importância para o abastecimento imediato e como fonte de renda da população local, sendo também um faotor importante para a receita de divisas da economia nacional dos respectivos países.

Tendo em vista a multiplicidade de produtos originários de regiões florestais tropicais, torna-se impossível uma catalogação abrangente. Isso se aplica também à produção ecológica e economicamente sustentável destes produtos, considerando-se que atualmente inexistem critérios e indicadores da «sustentabilidade» da produção aceitos e compromitentes em ascala mundial.

Os países produtores de madeira tropical organizados na Organização Internacional da Madeira Tropical (ITTO) obrigaram-se a trabalhar para que até o ano 2000 todas as exportações de madeira tropical e produtos de madeira tropical se originem de áreas florestais exploradas de modo sustentável e ecológico, segundo os critérios da ITTO.

Ainda no corrente ano a ITTO deverá realizar um levantamento e uma avaliação das medidas até aqui implementadas e os progressos alcançados quanto à «Meta 2000», com base em um catálogo de critérios elaborado pelos países integrantes da ITTO (ITTO-Mid-term Review 1995). O Governo Federal espera obter maiores detalhes sobre o atual nível da exploração econômica sustentável das florestas tropicais.

Não se dispõe, até a presente data, de dados confiáveis sobre as superfícies de floresta tropical onde haja uma produção sustentável, em virtude de não haver critérios internacionais coordenados sobre a avaliação da «sustentabilidade» no campo das florestas tropicais. Em suas medidas de fomento, o Governo Federal trabalha para o desenvolvimento de

Acervo ISA

tais critérios (p.ex. testes práticos, com o Center International Forestry Research [CIFOR] Bogor/Indonésia).

Questão I B 2

Concorda o Governo Federal com a opinião de que fatores como o alto valor do serviço da dívida, condições desfavoráveis de troca, direcionamento exclusivo para a exportação, altas taxas de exportação, programas de adaptação estrutural e investimentos ecologicamente descontrolados em muitos países influenciam a dimensão e o r'tmo da destruição das e as ameaças às florestas tropicais?

Resposta:

Condições gerais macroeconômicas podem influenciar a taxa de destruição dos recursos naturais em países em desenvolvimento. Pode acontecer, p.ex., o perigo que países em desenvolvimento recorram a bens econômicos naturais para angariar divisas através da exportação, em uma dimensão que ultrapasse a suportabilidade ecológica. Esta tendência é fortalecida pela relação de preços entre bens industrializados e a constante queda de preços de produtos agrícolas, que formam a base fundamental da exportação de muitos países em desenvolvimento.

Os fatores enumerados, entretanto, não atuam monodirecionalmente e não têm necessariamente como consequência um aumento da destruição das florestas tropicais. Acrescente-se que as influências do comércio exterior explicam apenas uma parte das causas da destruição destas florestas. Melhoras da situação econômica tais como as objetivadas pelos programas de adaptação estrutural (SAP) só têm um efeito positivo se a margem financeira resultante for usada para medidas de preservação das bases existenciais naturais.

O Governo Federal faz com que na implementação de programas SAP sejam devidamente considerados os aspectos ecológicos. Principalmente com relação às florestas, em geral não são considerados elementos de importância econômica global de difícil avaliação monetária, resultantes da floresta (preservação da diversidade das espécies, proteção contra a erosão do solo, lazer, etc.), o que significa um considerável perigo para o surgimento de distorções. Um instrumento para evitar efeitos ecológicos negativos eventualmente adventícios, são os planos de ação ambiental elaborados em muitos países em desenvolvimento no contexto de um SAP. Medidas de apoio no campo social paralelas contribuem para melhorar a situação econômica das pessoas também em regiões rurais. Tal tem um efeitos positivos sobre a preservação das florestas tropicais.

O Governo Federal apoia, com recursos da cooperação para o desenvolvimento, diversos países, na formulação de legislação ambiental e adoção de processos adequados para a

Acervo ISA

verificação do impacto ecológico (UVP). O objetivo desta iniciativa é colocar os países em desenvolvimento em condições de identificar os efeitos ecológicos de decisões sobre investimentos e daí partindo, tomar as medidas necessárias para evitar danos ao meio ambiente. Tal como outros países que participam da cooperação bilateral e bancos de desenvolvimento, o Governo Federal transformou o estudo e impacto ecológico em componente de seu processo de planejamento e decisão no âmbito da cooperação geral para o desenvolvimento.

a) *Já empreendeu o Governo Federal esforços, isoladamente ou no âmbito da cooperação internacional, para efeutuar uma análise e uma avaliação destas causas macroeconômicas da destruição das florestas tropicais? Em caso afirmativo, quais os resultados?*

Resposta:

O Governo Federal tomou o relatório da Comissão de Enquête «Sobre a Proteção das Florestas Tropicais», no qual o interrelacionamento entre fatores econômicos e destruição florestal é analisado de modo impressionante, e as recomendações consequentes, como base de seu trabalho. O mesmo aplique-se a relatórios e estudos de ONGs independentes e aos resultados das pesquisas científicas. Além disso, o Governo Federal, no âmbito do programa de ação Floresta Tropical, e em cooperação com outros participantes de ajuda, apoia estudos em países específicos, sobre as influências da situação econômica sobre a destruição das selvas tropicais. Exemplo da participação do Governo Federal em estudos desta natureza são os planos de ação Floresta Tropical (TFAP) no Chile, Bolívia e Congo. Além disso o Governo Federal tem uma participação decisiva nos preparativos para os planos de ação ambiental do Banco Mundial na Etiópia e Guiana, bem como em estudos setorias do Banco Mundial na Argentina, Indonésia e Tansânia. Um estudo encomendado pelo Governo Federal concluiu, já em 1991, que fatores macroeconômicos são em geral insuficientemente considerados no planejamento do desenvolvimento florestal. Em consequência, o Governo Federal intensificou a cooperação com outros participantes de ajuda, bancos de desenvolvimento e ONGs, pressionando no sentido de uma consideração adequada de condicionantes econômicas gerais em programas de preservação das florestas.

b) *Que tipo e dimensão deveriam assumir as adaptações estruturais específicas da economia mundial, na opinião do Governo Federal, para possibilitar uma preservação a longo prazo das florestas tropicais?*

Acervo ISA

Resposta:

Face às diferentes estruturas econômicas nos diversos países e suas múltiplas influências sobre a preservação florestal, não é possível fazer afirmações genéricas válidas sobre as adaptações necessárias no setor econômico. O necessário são medidas adequadas a cada caso específico. Para isso o Governo Federal dispõe de uma série de instrumentos econômicamente efetivos, como p.ex. perdão da dívida, transformação desta em proteção à natureza e subvencionamento de investimentos. Em coordenação com outros países prestadores de ajuda e à base de consultações com tais países e organizações da ONU, o Governo Federal recorre a estas possibilidades, como a medidas complementares de projetos de preservação das florestas tropicais. A nível internacional os resultados da rodada do Uruguai e o futuro trabalho da World Trade Organisation (WTO) contribuirão para uma transformação positiva das estruturas econômicas mundiais, ajudando também a longo prazo a preservar as florestas tropicais.

Questão I B 3

Concorda o Governo Federal com a opinião de que os governos de muitos países possuidores de florestas tropicais, por suas políticas econômica, agrária, de investimentos, financeira, de expansão da fronteira agrícola e outras similares, compartilham significativo a responsabilidade pela destruição das florestas tropicais em seus territórios?

Na opinião do Governo Federal, que sentido político e prático têm projetos e programas isolados de proteção à floresta tropical, se a respectiva política local, regional ou nacional objetiva de modo ativo a colonização e a exploração das florestas tropicais e/ou a exaustão e degradação de regiões com florestas tropicais?

Resposta:

O Governo Federal compartilha esta opinião. A política dos países em desenvolvimento nas áreas enumeradas baseia-se em decisões de governos soberanos. Ela é a expressão da respectiva cultura, das situações econômica, social e política e das ações daí consequentes. Em diversos países esta política deriva de um processo decisório democrático.

É objetivo manifesto do Governo Federal contribuir pela cooperação para o desenvolvimento no sentido de aperfeiçoar as condicionantes gerais para a preservação florestal nos países em desenvolvimento. O Governo Federal apoia, em consequência, também tais países nos quais a base institucional, jurídica e política para apreservação da floresta tropical seja inicialmente desfavorável. Decisivo aqui é o desejo político dos governos parceiros no sentido de encaminhar as transformações que estejam em seu poder. Antes de aprovar projetos e no decorrer de sua implementação, o Governo Federal verifica se são dados os

Acervo ISA

pressupostos mínimos de política florestal, para aprovação de medidas para a floresta tropical, bem como, com qual seriedade o governo parceiro participa e implementa os objetivos almejados.

Não deve ser sobrestimada a margem dos governos parceiros para reformas políticas. Em muitos países, interesses de grupos influentes contradizem medidas efetivas para a proteção à floresta tropical. As trabsformações necessárias da conduta praticada, além disso, só podem ser alcançadas a longo prazo em um processo de conscientização sobre os efeitos catastrofais da atual destruição das florestas tropicais. Temos que assumir o risco de insucessos consequentes de alterações das situações econômica, social e política. Em cada caso concreto é preciso verificar de modo acurado quais as possibilidades reais de influência da cooperação para o desenvolvimento.

Na aplicação de medidas de preservação da floresta tropical, temos de considerar que a cooperação para o desenvolvimento atua em um espaço de interesses contraditórios extremos dos diversos grupos populacionais, de diferentes campos políticos e dos centros decisórios a níveis local, regional e nacional. O Governo Federal encara aqui a cooperação para o desenvolvimento como um componente de um processo político que deverá aperfeiçoar as bases para um equilíbrio destes interesses. No sentido de um desenvolvimento sustentável, ele, o Governo Federal, apoia grupos sociais que atuem no sentido de um desenvolvimento sustentável, a fim de possibilitar-lhes participação em um processo democrático deformação da vontade. Tais esforços constituem uma contribuição necessária à preservação da floresta tropical, devendo ser acompanhados, todavia, por transformações políticas, sociais e econômicas nos países parceiros, a fim de assegurar a sua continuidade a longo prazo.

Questão I B 4

Concorda o Governo Federal com a observação de que as consequências indiretas de investimentos isolados (mineração, vias de comunicação, usinas de energia, agroindústria, etc.) - tal como observado na região brasileira de Carajás - são, via de regra, graves e frequentemente até mais sérias que as diretas, e que elas, ao contrário das consequências diretas e riscos na área do projeto, são muitas vezes quase incontroláveis?

Resposta:

Investimentos podem ter efeitos diretos e indiretos sobre o meio ambiente. Seu peso varia, contudo, de caso a caso. O estudo de impacto ecológico praticado no âmbito da cooperação para o desenvolvimento, alcança e avalia tanto os efeitos diretos, como os indiretos,

Acervo ISA

tanto quanto seja dada uma interação funcional entre as atividades do projeto e o impacto ecológico.

O Governo Federal não participa com cooperação para o desenvolvimento bilateral na região de Carajás. Seus representantes tomaram parte da «Mesa Redonda» em S. Luiz.

C. Participação de organizações governamentais multilaterais e bilaterais

A cooperação bi e multilateral foi, em inúmeros casos, coresponsável pela destruição florestal em muitos países tropicais e subtropicais, por projetos e programas de adaptação estrutural. Apesar das mudanças institucionais e programáticas, os bancos de desenvolvimento multilaterais, em especial, são condenados pelos atingidos, em razão de sua participação continuada em projetos e programas socioambientalmente brutais. Um estudo da organização ambientalista e de política de desenvolvimento URGEWALT comprova, no caso do Brasil, que a cooperação para o desenvolvimento continua participando direta e indiretamente da destruição das florestas tropicais. Como o país possuidor da maior floresta tropical do mundo, e ao mesmo tempo foco prioritário de iniciativas internacionais para a proteção às florestas tropicais, o Brasil tem uma importância exemplar quanto ao sucesso de uma reorientação da cooperação para o desenvolvimento. Contudo, se esta continua sendo ainda largamente responsável por danos socioambientais a nível mundial, apesar das recomendações no sentido da introdução de reformas como p.ex. as da Comissão de Enquête «Atmosfera Terrestre», isso aponta para uma necessidade aguda de ação.

Por isso, interpelamos o Governo Federal:

Questão I C 1

Que projetos em andamento, aprovados ou em fase de estudos, do Banco Mundial, dos bancos de desenvolvimento regionais ou de organizações governamentais alemãs deixam antever, em razão do cálculo de risco apresentado nos relatórios de perícia e outros indícios na documentação do projeto, que serão nocivos ou perigosos para as florestas tropicais?

Resposta:

Os bancos de desenvolvimento multilaterais, tal como o Governo Federal, adotaram processos de verificação do impacto ecológico em projetos de desenvolvimento, que levam em consideração também os interesses do respectivo grupo populacional em questão. Verificam-se assim possíveis danos ou perigos para as florestas tropicais, propondo-se então medidas para a contenção ou compressão dos efeitos. Os resultados deste estudo servem

Acervo ISA

aos órgãos decisórios competentes tanto nos países em desenvolvimento, como junto às organizações de cooperação, como base para uma avaliação muitas vezes necessária e a decisão se os riscos para as áreas florestais podem ser tidos como suportáveis. Não é feito um levantamento estatístico no estudo de impacto ecológico segundo a natureza dos riscos. No âmbito da cooperação econômica alemã para o desenvolvimento e se as condicionantes gerais de política florestal para formas de aproveitamento econômico da floresta sustentáveis não sejam dadas, as medidas de fomento em áreas florestais primárias são limitadas aos fins da proteção florestal.

Questão I C 2

Considera o Governo Federal como protetor do clima o projeto-piloto da usina de eucalipto da CVRD e seus consórcios, apoiado pelo Fundo Global do Meio Ambiente (GEF), previsto para ser lançado internacionalmente e englobando um total de muitos milhões de hectares de plantações para produzir energia?

Resposta:

No âmbito do projeto fomentado pelo GEF e implementado pelo UNDP «Biomass Integrated Gasefication/Gas Turbine Project», está sendo preparado um projeto complementar no Brasil. Planeja-se uma usina termelétrica para gerar eletricidade à base de biomassa (cana de açúcar e raspa de eucalipto). Uma proposta de projeto neste sentido, entretanto não foi ainda apresentada ao conselho do GEF para decisão.

Questão I C 3

Com relação a que países o Governo Federal dispõe de dados sobre relações entre graves danos causados à floresta tropical e a presença de projetos de desenvolvimento de impacto florestal (como p.ex. ao longo dos corredores de exportação [vias de comunicação] em Rondônia, no Acre e no Mato Grosso, com financiamento multilateral, e na área de influência dos projetos de exploração de matérias-primas, como no Complexo Minero-Metalúrgico do Grande Carajás)?

Reposta:

O Governo Federal desconhece países com florestas tropicais que por princípio renunciem a qualquer projeto de desenvolvimento com possíveis danos a áreas florestais.

a) *Na opinião do Governo Federal, que superfícies de florestas úmidas e secas encontram-se ameaçadas na área de influência do projeto de construção de vias de comunicação de longa distância do Banco Mundial na região de Carajás, e são, na opinião do Governo Federal, as medidas tomadas para limitar os ricos do projeto*

Acervo ISA

apropriadas para prevenir com eficácia as consequências negativas diretas e indiretas para as florestas e savanas envolvidas e as populações de pequenos agricultores e indígenas na área do projeto (nos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins)?

Resposta:

Segundo dados do Banco Mundial, espera-se como efeitos diretos do projeto, em primeira linha uma transformação das pastagens em campos de cultivo de soja, e menos uma expansão da área agrícola. Além disso, qualquer desmatamento individual tem de ser aprovado pelo órgão ecológico do respectivo estado, a fim de evitar um desmatamento excessivo das regiões de savana.

b) *Foram implantados, preparados ou planejados, na periferia de florestas, savanas ou territórios indígenas, projetos de construção de vias de comunicação (como as BR-364, no Acre, e BR-174, no Amazonas), com empréstimos ao governo brasileiro do Banco Mundial no âmbito do financiamento para o setor rodoviário («Brazil Highways Management and Rehabilitation Project», Empréstimo Nº 3169) superiores a US$ 310 milhões?*

O impacto socioambiental das medidas correspondentes foi cuidadosamente examinado?

Que consequências teve este projeto sobre pequenos agricultores e paisagens semi-naturais na área de influência da ampliação co-financiada do Corredor de Exportação Oeste-Leste BR-242, na Bahia?

Resposta:

Segundo as informações de que dispõe o Governo Federal, não são fomentados nenhum projeto novo com recursos do programa rodoviários do Banco Mundial (Brazil Highways Management and Rehabilitation Project), ou seja, para desbravar áreas ainda não desbravadas ou sensíveis sob os pontos de vista ecológico e social. O projeto financia exclusivamente a melhoria, manutenção e elevação da segurança de rodovias de trechos de rodovias prioritários, i.é, muito trafegados.

Desde 1989 todos os projetos para os quais o Banco Mundial pondera um financiamento são submetidos a um estudo de impacto ambiental sobre possíveis perigos para o meio ambiente. Este estudo do projeto inclui os riscos sociais. Efeitos negativos do projeto sobre a pequena agricultura e as paisagens circunvizinhas são desconhecidos pelo Governo Federal.

Acervo ISA

c) *Na avaliação do Governo Federal, o desmatamento de 1.000 hectares de floresta úmida primária previsto para uma fase inicial de ampliação do projeto de ergilas cerâmicas Rio Capim Química SA (RCQSA), financiado pelo Banco Mundial e os demais riscos ligados a este projeto, são ecologicamente sustentáveis? E na opinião do Governo Federal são suficientes as medidas adotadas para limitar os riscos do RCQSA, em especial para controlar a ocupação espontânea e o desmatamento nas cercanias deste projeto de exploração a céu aberto?*

Resposta:

A International Finance Coporation (IFC) participa do projeto de economia privada Rio Capim Química SA. O estudo encomendado por esta empresa a uma empresa de consultoria ambiental sobre os efeitos do projeto, abrange, ao lado de aspectos meramente ambientais, também a dinâmica socieconômica do mesmo, inclusive a ocupação espontânea na área do projeto. Este estudo foi aceito pelo Conselho do Meio Ambiente do estado do Pará, tendo sido concedida a autorização de implantação.

Em 1993/94, na construção de um terminal portuário, deu-se uma transferência de 6 famílias. Em cooperação com ONGs locais e as famílias em questão, foi elaborado um plano de mudança, criada a infraestrutura e implantados em um município vizinho sistemas de eletricidade e água e um serviço de assessoria agrícola.

A IFC pretende em 1995, com o começo da construção de uma linha de dutos, intervir ativamente, para garantir que o diálogo entre o grupo empresarial, por um lado, e os proprietários de terras, cidades e municípios, bem como núcleos de colonização, por outro lado, tenha continuidade construtiva.

Questão I C 4

Onde a cooperação para o desenvolvimento gera informações sobre recursos do solo de interesse econômico, por exemplo pela participação em projetos de ordenamento territorial para regiões de florestas tropicais ainda inexploradas ou por medidas de prospecção de matérias-primas?

Em que países a cooperação econômica gera dados relevantes sobre o interesse econômico para o comércio de madeira tropical por levantamentos dos recursos madeireiros, como p. ex. a GTZ em Sarawak/Malásia?

Resposta:

A prospecção de reservas minerais em regiões florestais primárias não é objeto de projetos da cooperação bilateral alemã para o desenvolvimento.

Acervo ISA

O levantamento de dados sobre a extensão, a estrutura e a função das áreas florestais é base indispensável para todo e qualquer planejamento futuro de preservação das florestas. Os projetos apoiados pelo Governo Federal para levantamentos em áreas florestais em regiões de floresta tropical não desbravada servem quase que exclusivamente a colocar estas regiões sob proteção.

O Governo Federal tem consciência de que tais dados poderão ser usados para outros que não os fins previstos. Com a ajuda do estudo de impacto ecológico, identificam-se tais riscos, estabelecendo-se diálogo com as instituições parceiras, a fim de evitar um uso abusivo de tais dados.

A cooperação de política para o desenvolvimento no projeto Sarawak/Malásia não planeja um levantamento dos recursos madeireiros. Em vez disso, pretende-se implantar um «Forest Management Information System» que abranja dados sobre localização, vegetação florestal, fauna e meio socioeconômico. Estes dados servem de base de planejamento para uma área de exploração econômica-modelo na região de cobertura florestal montanhosa com dipterocarpáceas em Sarawak, no qual o conceito de sustentabilidade abrange a garantia duradoura de todas as funções de proteção, aproveitamento e lazer previamente estabelecidas. Os dados levantados estão à disposição exclusiva dos responsáveis pelo projeto, a administração florestal de Sarawak.

Questão I C 5

Quais os países em que estão concentrados os incentivos da cooperação econômica para as monoculturas de árvores ligadas à exportação (eucalipto, pinheiro, palmeiras oleaginosas, etc.) e como fica garantido que não serão destruídas florestas naturais e semi-naturais, ou que produtores voltados para a satisfação das necessidades básicas não serão desalojados?

Resposta:

Na cooperação financeira e técnica alemã não são planejados e implementados projetos de incentivo a grandes áreas de cultivo florestal para exportação.

Em projetos onde o reflorestamento constitua um componente fundamental, coloca-se em primeiro plano o restabelecimento da proteção ao solo ou o abastecimento dos mercados locais com madeira e outros produtos (frutos, forragem, pastagens). Neste âmbito o Governo Federal concede subsídios e empréstimos a juros bonificados para pequenas áreas de reflorestamento. Tem-se atenção para que não sejam sacrificadas áreas de floresta natural ou eliminadas culturas de subsistência.

Acervo ISA

Como exemplo servem aqui o projeto implementado no âmbito da cooperação técnica, juntamente com o Banco Mundial, na Tansânia, para a recuperação de coqueirais envelhecidos, e um projeto de recuperação e aproveitamento sustentável de plantações de teca (acapú) no Benin.

No projetode coqueirais o aproveitamento econômico é feito a nível de pequenas empresas em cultivo misto com outros plantios. Os produtos - principalmente leite de côco e copra - são vendidos quase exclusivamente no mercado local ou serve ao abastecimento de pequenos agricultores e suas famílias. A exportação de fibra de casca de côco tem uma importância secundária.

O objetivo do projeto teca (acapú) é principalmente evitar o recurso às reservas florestais naturais para o consumo local e a exportação. O aproveitamento das plantações de teca (acapú) e a industrialização da madeira cria empregos e gera renda, contribuindo também para evitar queimadas descontroladas em florestas naturais. A exportação de teca de plantação é diminuta, correspondendo aproximadamente a 10% da madeira abatida.

Em escala reduzida, fomenta-se cultivos de fruteiras em projetos de irrigação de áreas secas. A comercialização das frutas tem lugar quase exclusivamente nos mercados locais.

Um caso especial de fomento a duas monoculturas vegetais no âmbito da cooperação financeira são os projetos de café e borracha em Bon Ma Thuot, no Vietnã, como conclusão de projetos iniciados pela antiga RDA (Alemanha Oriental), nos quais se complementam as capacidades de beneficiamento de plantações já existentes.

Questão I C 6

Onde os bancos de desenvolvimento cooperam com empresas (p-ex- CVRD ou CAEMI, no Brasil) co-responsáveis pela degradação da floresta tropical?

Quanta mata foi derrubada por firmas européias (Danzer e outras) que participam no projeto de manejo florestal do Banco Mundial na Costa do Marfim?

Resposta:

O Banco Alemão da Reconstrução (KfW) não coopera com empresas, também não com a CVRD e CAEMI, no Brasil, das quais é sabido serem co-responsáveis pela destruição da floresta tropical. A Sociedade Alemã de Investimentos e Desenvolvimento Ltda. (DEG) não participa de qualquer banco de desenvolvimento no Brasil. Ela não participa, nem direta, nem indiretamente, do projeto florestal do Banco Mundial na Costa do Marfim.

O Banco Mundial fomenta, pelo projeto florestal, a implementação do plano florestal nacional a longo prazo na República da Costa do Marfim. O projeto abrange - ao lado dos com-

Acervo ISA

ponentes reflorestamento industrial, proteção ao parque nacional, formação profissional, pesquisa e subsidiamento aos responsáveis - também a proteção à floresta natural e seu aproveitamento econômico, bem como o desenvolvimento de áreas-tampão. Para o aproveitamento econômico da floresta natural, o órgão de administração florestal estatal SODEFOR celebrou contratos com três firmas européias para o manejo florestal privado em áreas previstas para este fim. A concessão madeireira dada pela SODEFOR é feita no âmbito dos planos de aproveitamento econômicoe uso que levam em consideração as condicionantes de preservação e produtividade madeireira pelo aproveitamento econômico sustentável. Outras condições impostas às firmas para a exploração madeireira são a capacitação técnica e a qualidade do beneficiamento da madeira, número de novos empregos, em especial para nacionais da Costa do Marfim, investimentos já realizados e os planejados, e grau de beneficiamento dos produtos madeireiros. Especificadamente, foram aproveitadas a nível de economia privada pelas firmas européias as seguintes quantidades de madeira:

69,826 m³ pela SIFCI (pertencente à Danzer), de 1991 a 1993
47,894 m³ pela THANRY (França), de 1991 a 1993
33,231 m³ pela CIB (Itália), de 1991 a 1993

Este volume de madeira corresponde a 2% da quantidade total da madeira utilizada no período de 3 anos nas áreas rurais (fora da área do projeto).

Questão I C 7

Considera o Governo Federal relevante combater a duvidosa influência político-desenvolvimentista de empresas e suas federações sobre o Banco Mundial através de observação cuidadosa e de controles?

Resposta:

O Governo Federal não vê razão para supor que as decisões do Banco Mundial seriam influenciadas por empresas ou suas federações.

Questão I C 8

Como o Governo Federal controla, no caso de interpelações parlamentares ou reações da opinião pública, se as referências em pauta feitas pelos bancos multilaterais em relação a cada projeto são verdadeiras?

Resposta:

O Governo Federal verifica os dados do Banco Mundial por sua plausibilidade. Um controle mais amplo exigiria um acesso a um controle de projeto próprio. Isso ultrapassaria a responsabilidade de fiscalização dos mutuários.

Acervo ISA

Questão I C 9

Como as organizações financiadoras e executoras da cooperação para o desenvolvimento ou seus mandatários respondem pelos danos causados por infrações cometidas contra as normas trabalhistas, acordos ou direito nacional ou internacional?

Resposta:

Uma responsabilidade de organizações internacionais, tanto quanto estas gozem de imunidade segundo a Convenção de Viena, é impossível. Violações graves por empregados, pode lavá-los à demissão sumária e serem responsabilizados judicialmente, nos termos de uma responsabilidade individual e pessoal. Sobre a resposta à questão da responsabilidade, vide a resposta à questão II B I 3.

D. Balanço dos projetos de caráter ambiental

Em consequência dos danos sócioambientais causados por projetos de desenvolvimento, as organizações bi e multilaterais de desenvolvimento incluiram, a partir da década de 80, projetos de caráter ambiental em seus programas de financiamento. Estes programas deveriam, por um lado, ajudar a corrigir e compensar os danos causados pela cooperação para o desenvolvimento, e, por outro lado, contribuir para a política ambiental dos países beneficiários. Até o momento estas medidas têm se concentrado na correção dos problemas graves, ou em projetos isolados, porém não no combate às causas da degradação florestal e da destruição das condições básicas de vida das populações locais. Ao lado daqueles projetos onde a proteção ao meio ambiente foi «incluída a posteriori», encontram-se os programas do chamado manejo sustentável, que, por falta de processos já comprovados, correm o perigo de degradar os recursos locais por superutilização. O instrumento técnico-administrativo de zoneamento econômico ecológico, ultimamente popular entre os planejadores da política sobre a floresta tropical, encontra-se não só ante uma carência de formas de aproveitamento adequadas a longo prazo, mas também corre o perigo de ser instrumentalizado por interesses econômicos poderosos.

Por isso, interpelamos o Governo Federal:

Questão I D 1

Que sucessos prático a cooperação para o desenvolvimento pode comprovar em termos de evitar a deterioração ambiental de florestas tropicais concretamente ameaçadas?

De que superfície se trata?

Acervo ISA

Resposta:

Tendo em vista a situação alarmante, o Governo Federal já desde 1988 ampliou com pessoal e recursos financeiros a cooperação para o desenvolvimento no sentido da preservação das florestas tropicais. Do grande número de projetos incentivados, sejam dados a seguir alguns exemplos nos quais por medidas as mais diversas, com auxílio de projetos fomentados pela Alemanha, foi possível diminuir os perigos da destruição da floresta.

No leste do Zaire, em consequência da onda de refugiados do Ruanda e do Burundi, esteve ameaçado um parque nacional sem par no mundo. O Parque Nacional do Virunga já está tão intensamente danificado pelo abate de madeira combustível para atender os refugiados, que se continua o atual ritmo, será totalmente destruido. Com a ajuda do projeto «Proteção Natural Integrada no Leste do Zaire» foi possível conter o saque e a destruição do Parque Nacional Kahuzi-Biega, um pouco mais ao sul, com uma área de aproximadamente 660.000 ha. A flora e fauna inusitada da região, com o último refúgio do tão gravemente ameaçado de extinção gorila da planície, foram assim preservadas.

Ainda em 1988 a maior reserva animal da África, a região sob proteção de Selous, na Tansânia, com uma superfície de 6,5 milhões de ha. esteve altamente ameaçada pela caça ilegal e invasões. Após 7 anos de cooperação em política de desenvolvimento em um projeto germano-tansânico, a situação melhorou de tal modo a não serem observados hoje distúrbios e intervenções graves sobre o ecosistema da reserva. Este sucesso é devido a uma conjunção de medidas. Especialmente a garantia de títulos de propriedade de terra à população das áreas marginais ao parque e uma melhor base material e financeira à administração da reserva contribuiram para a preservação deste ecosistema insubstituível.

Em uma série de países, durante a era colonial e mais tarde pelos governos dos Estados independentes, as áreas florestais foram estatizadas, revogando-se então os direitos tradicionais das populações locais e os mecanismos de defesa a estes vinculados. Uma grande parte da destruição das florestas tropicais é devida a esta distorção. Em diversos projetos restitui-se a responsabilidade pelo uso e proteção das florestas às populações que nelas e delas vivem. Deve ser assegurado às populações locais um rendimento adequado do uso das florestas, restituindo e aumentando assim o valor destas para estes grupos populacionais. No Kalimatan Ocidental/Borneo está previsto pela primeira vez na Indonésia entregar em concessão às comunidades circunvizinhas o uso de uma área florestal de 100.000 ha. No projeto «Silvicultura Social», realizado pela Indonésia com apoio alemão, deverão ser colhidas experiências com esta iniciativa que possam ser transpostas a outras áreas no próprio Kalimatan e em outras regiões da Indonésia. A população deverá receber a possibi-

Acervo ISA

lidade de à base de uma produção silvícola e agrícola sustentável e adaptada, melhorar as suas bases alimentares e abrir-se fontes de renda alternativas.

Para estes e outros projetos com metas similares, realizados agora já a nível mundial, constituiram uma base importante as experiências ontidas pela cooperação técnica alemã no aproveitamento econômico florestal comunitário a partir de 1986 no estado de Quintana Roo. Nesta distante e por muito tempo desprivilegiada província mexicana, empreendeu-se a tentativa de transferir à população local os direitos de uso, a fim de enfrentar a ameaçante destruição florestal pelas queimadas descontroladas. Surgiram, com o apoio alemão, formas sustentáveis adequadas de exploração da terra que criaram para as populações locais uma vantagem econômica direta da preservação da floresta. Foi possível romper o circulo vicioso da pobreza e da destruição ambiental, preservando 250.000 ha. de floresta tropical úmida.

Para garantir e difundir projetos exitosos é decisivamente importante qualificar as instituições no país parceiro, colocando-as em condições de cumprir suas novas tarefas. No Gâmbia a administração florestal recebeu o apoio da cooperação técnica alemã em um projeto de distribuição de títulos rurais a comunidades. As comunidades que agora usam a floresta em responsabilidade própria, recebem assessoria da administração florestal para a exploração econômica desta. Em cooperação com integrantes alemães do projeto, foi formulado um plano de aproveitamento econômico para as áreas florestais comunitárias. Foi dada qualificação aos membros da administração florestal para cumprirem sua nova tarefa de assessoria. Resultado das medidas sugeridas pela parte alemã foi a contenção das queimadas que tinham lugar todos os anos, assegurando-se um rejuvenecimento natural da floresta nativa.

A fim de preservar a última floresta tropical úmida na Costa do Marfim de um resto de degradação e sua subsequente transformação em área agrícola, presta-se assistência em um programa de larga escala à administração florestal na alteração de sua política até aqui realizada. Como resultado do projeto pôs-se termo à entrega de concessões em florestas estatais. Foi possível demover os exploradores de plantações ilegais de cacau na floresta a que voluntariamente as abandonassem. Isso proporciona em 30.000 ha. de floresta tropical a possibilidade de restabelecimento de uma situação natural. Com recursos da cooperação financeira, este trabalho exitoso está sendo ampliado a uma área florestal de 180.000 ha.

Em Sabah/Leste da Malásia, foram elaborados, em cooperação com a administração florestal, planos de exploração para um aproveitamento sustentável modelar das concessões florestais de Deramakot e Segalind-Lokan, preservando-se de uma exploração não planeja-

Acervo ISA

da. As bases de planejamento formuladas são aplicáveis a uma superfície de 2,5 milhões de ha. de floresta tropical sob condições comparáveis.

No âmbito da cooperação técnica com a Malásia foi implantado o Parque Nacional Endau-Rompin, com 94.000 ha.. Já avançaram bastante os planos para mais um, o Parque Nacional de Belum, com uma superfície de 220.000 ha. O prazo dos projetos e programas apoiados pela cooperação financeira é ainda bastante curto (menos de 4 anos) para se fazer afirmações sobre áreas florestais sustentavelmente asseguradas. Podemos vislumbrar, todavia, sinais dos primeiros sucessos. Assim, o desmatamento na região de projeto de Guinée Forestière/República da Guiné, praticamente foi contido. Em projetos de cooperação técnica e financeira no leste da Costa do Marfim a taxa de desmatamento na área florestal do projeto de cerca de 180.000 ha. caiu para 10 - 20% da taxa de desmatamento anterior ao início do projeto.

Em todos estes projetos foi possível primeiro conter a ameaça de destruição das florestas tropicais e travar o processo de destruição ou invertê-lo. Pela qualificação dos responsáveis por decisões e da população que participa do aproveitamento florestal, aperfeiçoando a situação de renda nas áreas rurais ou melhorar de modo fundamental o desenvolvimento de métodos de aproveitamento sustentável, que nos exemplos dados constituem pressuposto para uma preservação da floresta. Mantendo-se o atual crescimento demográfico, alterando-se a situação política nos países ou agravando-se a crise econômica, não se pode excluir que a depredação dos recursos naturais possa voltar a se acelerar. Tendo em vista as transformações muitas vezes abruptas das situações política, econômica e social, a garantia a longo prazo do sucesso alcançado depende do quanto nos países onde hajam florestas tropicais imponha-se a concepção da necessidade de uma política de preservação de recursos, por uma ampla conscientização da população e dos responsáveis pelas decisões políticas.

Questão I D 2

Qual a relação entre o volume de projetos para evitar concretamente os riscos para a floresta (p.ex. limitação do desmatamento) e o volume daqueles previstos para áreas menos ameaçadas (parques nacionais em regiões distantes)?

Resposta:

O Governo Federal não fez uma esquematização dos projetos fomentados no âmbito do programa para a floresta tropical segundo o grau de ameaça das áreas florestais. Em regra a pressão sobre todas as regiões florestais alcançáveis é alta. Isso se aplica também aos parques nacionais, enquanto não forem tomadas medidas para garantir as zonas sob pro-

Acervo ISA

teção. O Governo Federal orienta a aplicação dos recursos da cooperação para o desenvolvimento basicamente segundo a situação concreta de ameaça a regiões florestais.

Questão I D 3

A cooperação para o desenvolvimento dispõe de êxitos concretos com modelos comprovados de manejo florestal sustentável?

Em caso positivo, quais?

Resposta:

Iniciativas para um aproveitamento sustentável das florestas tropicais são, com pouquíssimas exceções, algo relativamente novo nos países em desenvolvimento. Diversos projetos da cooperação bi e multilateral para o desenvolvimento, bem como iniciativas de empresas privadas, contam com uma fase de experiência de duas décadas. Tendo em vista os prazos de produção florestal longos, é necessário, para comprovar a sustentabilidade, um período de observação de pelo menso muitas décadas. Contamos, contudo, com diversos exemplos da cooperação econômica alemã para o desenvolvimento que dão certos pontos referenciais de que sob determinadas condições, seja possível um aproveitamento a longo prazo de uma exploração econômica compatível com a natureza em florestas tropicais. Apresentamos a seguir uma seleção de tais projetos.

Com apoio alemão foram elaboradas nas Ilhas Fidji as bases para um aproveitamento madeireiro seletivo de suas florestas. Uma vantagem aqui foi o fato de que haviam disponíveis áreas experimentais da era colonial britânica, possibilitando afirmações sobre o potencial de rendimento alcançável a longo prazo de sob forma sustentável das florestas. Partindo daí, desenvolveu-se um processo que por seu fácil manejo, pode ser aplicado pelos proprietários locais de terras, em cooperação com madeireiros concessionários. O maior concessionário madeireiro do país está testando atualmente este modelo em um teste prático de larga escala. Como ao mesmo tempo foram desenvolvidos métodos brandos e baratos de transporte da madeira, espera-se que o processo seja adotado por outros concessionários. As diretrizes de silvicultura do governo do Fidji estão atualmente sendo reformuladas com base nos resultados do projeto.

Nas florestas estatais do Gâmbia foram aplicadas em um projeto de cooperação gambio-germânico, em uma área de 7.000 ha., medidas que já levaram a um rejuvenecimento satisfatório das espécies vegetais locais. Pela implantação de cercas vivas com espécies resistentes ao fogo, são contidos os efeitos devastadores das frequentes queimadas e da expansão muito difundida das pastagens. Só depois disso é que foi possível tomar medidas concretas de aproveitamento econômico para a conservação do acervo vegetal existente.

Acervo ISA

Com o aproveitamento da madeira aí obtida, o projeto pôde contribuir para abastecer o país com madeira útil e combustível, criar empregos permanentes na região rural e comprovar assim a função útil de um aproveitamento sustentável da floresta.

Na Costa Rica o aproveitamento florestal era feito principalmente em áreas privadas, até aqui sem qualquer planejamento, fato que causou danos devastadores à cobertura vegetal restante. No âmbito de um projeto germano-costariquense, foram elaborados, em cooperação com as federações de proprietários de matas, planos de aproveitamento econômico à base de uma quantidade de madeira sustentável a ser alcançada e testados processos de abate de madeira moderados. Medidas de treinamento para especialistas, proprietários de matas e trabalhadores florestais contituem elemento fundamental das iniciativas. Agora, firmas de outros países, como p.ex. do Brasil, adotaram os resultados, Na Costa Rica o processo desenvolvido vem obtendo uma demanda dinâmica de parte dos proprietários de matas e das indústrias exportadoras de madeira.

Elaboraram-se em uma colaboração malaio-germânica, para o «Forest Research Institute Malysia» (FRIM) as bases teóricas de processos ecologicamente equilibrados para o aproveitamento econômico sustentável das florestas malaias. Em 1989 o governo estadual em Sabah colocou à disposição uma área florestal de 100.000 ha. na quela foi possível testar na prática os resultados da pesquisa, aprofundando-os. Com a ajuda destes resultados é possível hoje prever com alto grau de probabilidade os efeitos das diversas medidas de uso econômico. Como já dito na resposta à questão D 1, foi elaborado à base deste modelo, um plano de aproveitamento econômico que permitiria um aproveitamento sustentável das florestas em uma área de 2,5 milhões de ha..

Questão I D 4

Observou o Governo Federal que países possuidores de florestas tropicais requerem ou empregam recursos da cooperação para o desenvolvimento para usá-los para outros fins, tais como manter uma boa imagem, atos simbólicos, preparativos dissimulados para o manejo das florestas tropicais ou similares?

Resposta:

O Governo Federal desconhece projetos sobre florestas tropicais em que os recursos tenham sido desviados da forma combinada. Quando há a suspeita de tais casos, isso impede a aprovação do projeto. No controle de implementação de projeto e avaliação de projetos em andamento, controlamos a competência e a integridade da organização parceira, a fim de impedir malbaratamentos dos recursos alemães da cooperação para o desenvolvimento. Havendo indícios de desvirtuamento dos recursos, as organizações responsáveis

Acervo ISA

pela cooperação para o desenvolvimento reagem com o instrumentário disponível, ao ponto até da interrupção definitiva do projeto.

Questão I D 5

Na opinião do Governo Federal a cooperação para o desenvolvimento pode produzir um efeito significativo para a conservação de determinadas áreas florestais que corresponda mais ou menos ao cenário apresentado pela Comissão de Enquête «Atmosfera Terrestre»?

Resposta:

A Comissão de Enquête desenvolveu como cenário medidas de proteção tanto quanto possível amplas, e de efeitos rápidos, integráveis a concepções de proteção a longo prazo a serem paralelamente formuladas. Parte-se de um período de 40 anos.

As medidas para projetos com parceiros apoiadas pelas cooperações técnica e financeira, como nos exemplos enumerados, preservaram determinadas áreas florestais de uma maior destruição. Esperam-se efeitos a prazos longos pelas alterações e aperfeiçoamentos das condições gerais institucionais que garantam os pressupostos de política florestal mínimos para um engajamento, em especial com o uso de um instrumentário da cooperação financeira.

Efeitos a médio e longo prazo também têm as diversas campanhas de conscientização da opinião pública e dos responsáveis por decisões políticas, no sentido de um relacionamento sustentável e zeloso com os recursos da floresta tropical. Uma contribuição complementar a República Federal da Alemanha presta a nível internacional por sua participação ativa internacional na implementação da AGENDA 21, em especial no sentido do trabalho do «Intergovernmental Panel of Forest» (IPF) da Comissão da ONU para um Desenvolvimento Sustentável (CSD).

I. Iniciativas financiadas por subsídio: O programa-piloto para a preservação das florestas tropicais do Brasil

Questão I D I 1

Qual o estágio de implementação ou preparo dos seguintes componentes do programa-piloto para a preservação das florestas tropicais brasileiras: Projeto Indígena, Fundo de Pequenos Projetos, Reservas Extrativistas, Reservas Florestais e Projeto de Política de Recursos Naturais, expresso em percentuais do pagamento e do rendimento, e quais os obstáculos que impedem a concretização dos componentes cronologicamente mais urgentes do Projeto Indígena?

Acervo ISA

Resposta:

Em setembro de 1995 foi ratificado pelo Brasil o acordo governamental sobre o projeto da cooperação financeira «Demarcação dos Territórios Indígenas». O contrato de financiamento também já foi firmado, de modo que em breve poderá ter início a implementação do projeto. Em fins de outubro de 1995 foram preenchidos os requisitos para o pagamento dos recursos alemães da cooperação financeira. No âmbito da cooperação técnica está sendo implementado um projeto de preparativo e e flanqueamento do projeto de cooperação financeira.

O projeto «Fomento de Projetos de Demonstração de ONGs» (Fundo de Pequenos Projetos) encontra-se em fase de implementação. Foram realizados diversos seminários sobre técnicas de identificação e formulação de projetos para ONGs brasileiras. Em fase de estudos estão propostas recebidas sobre projetos de dmonstração de ONGs. Em fim de outubro de 1995 foram preenchidos os pressupostos para os pagamentos dos recursos alemães da cooperação financeira. Também este projeto é acompanhado por um componente da cooperação técnica em implementação desde julho de 1995.

O projeto «Fomento de um Aproveitamento Econômico Sustentável em Reservas de Extrativistas» está em implementação desde o segundo trimestre de 1995. Foram realizados diversos workshops com os grupos-meta para a elaboração de um plano operacional. Este projeto é financiado com recursos do «Rain Forest Trust Fund» e da União Européia, não sendo aplicados recursos da cooperação financeira alemã.

O projeto «Fomento de um Aproveitamento Econômico Florestal Sustentável em Reservas Florestais Nacionais» está em fase de preparo. Com a participação dos grupos interessados, está sendo reformulada a proposta de projeto apresentada pela organização ambiental brasileira IBAMA. Até aqui não foi feito qualquer pagamento.

O projeto «Política de Recursos Naturais» está em fase de preparo. O contrato de financiamento da cooperação financeira deverá ser firmado ainda no corrente ano. Como preparo para as medidas teve lugar um workshop com a participação dos estados amazônicos sobre o tema zoneamento. Até aqui não foi feito qualquer pagamento.

Questão I D I 2

Que resultados concretos foram alcançados por projetos bilaterais de proteção à floresta tropical no Brasil associados ao programa-piloto, também segundo dados percentuais referentes ao nível de pagamento e rendimento?

Acervo ISA

Resposta:

Dois projetos (Proteção à Mata Atlântica em São Paulo, Garantia para Reservas Florestais) encontram-se em fase de implementação, e para um terceiro (Proteção à Mata Atlântica no Paraná) os preparativos já avançaram muito. A atual situação de pagamento em ambos os projetos são respectivamente de 2 e 17%.

Como resultados concretos, ao lado das medidas até então financiadas (principalmente a aquisição de equipamentos), mencionem-se a formulação de concepções com os respectivos executores, que levaram a que pontos de vista e possibilidades ecológicas fossem transpostas à política prática e sejam bem mais consideradas que até agora na concepção de projetos. Além disso o papel das ONGs em projetos foi, em parte, muito alargado no debate com os executores.

II. Zoneamento econômico-ecológico

Questão I D II 1

Em que países os bancos multilaterais de desenvolvimento, a União Européia ou a República Federal da Alemanha apoiam zoneamentos econômicos-ecológicos ou planos de exploração econômica ou desbravamento em áreas florestais tropicais ainda inexploradas?

Resposta:

O Governo Federal não apoia projetos de desbravamento de áreas florestais primárias inexploradas. Planos de exploração econômica que atinjam áreas florestais tropicais inexploradas constitui base para a proteção destas e sua garantia por medidas adequadas do desenvolvimento de áreas periféricas ou do manejo de áreas florestais sob proteção. Eles objetivam eliminar o perigo de uma colonização desorientada ou um outro tipo de seu uso. Tais tipos de projetos são cumpridos pela comunidade internacional de países cooperantes em praticamente todas as regiões florestais tropicais significantes.

Questão I D II 2

Como pretende o Governo Federal prevenir com eficácia uma funcionalização dos zoneamentos econômico-escológicos em áreas de floresta tropical para o levantamento do inventário das riquezas do solo e a dilapidação socioecológica incontrolável, por interesses militares estranhos à questão?

Que produtos, elemntos, resultados, do projeto de zoneamento da Amazônia podem ser aproveitados pelo Sistema de Vigilância da Amazônia/Sistema de Proteção da Amazônia

Acervo ISA

(SIVAM/SIPAM), controlados pelos militares, e de infraestrutura previsivelmente potente no sentido de uma integração, subordinação e funcionalização do zoneamento?

Resposta:

Com seu apoio a projetos de planos de aproveitamento econômico e sua implementação o Governo Federal objetiva uma garantia a longo prazo das bases vitais nas regiões rurais. A meta é por formas de exploração sustentáveis e ecológicas das áreas, satisfazer as necessidades básicas da população rural e proporcionar aos pequenos produtores possibilidades de venda adequadas em mercados locais e regionais. Para este fim, constitui cerne no levantamento de dados, as características específicas naturais e sua adequação a uma produção agrícola e silvícola integrada. O planejamento com tais bases é entendido como um processo de negociação entre todos os interessados que deve levar a um uso sustentável e independente da respectiva área natural. Além disso a população recebe apoio na implementação das medidas planejadas e é acompanhada por um longo período no desenvolvimento destas pelo respectivo projeto. São criadas assim possibilidades a serem observadas no planejamento de processos subsequentes, tomando as medidas adequadas em caso de distorções.

As informações obtidas em geral têm pouco valor para estranhos e são inadequadas para a exploração de recursos minerais ou fins militares.

O Governo Federal não decidiu ainda definitivamente sobre sua atuação e co-concepção de projetos de zoneamento em áreas específicas na Amazônia. Não é possível prever-se quais os elementos utilizáveis pelos sistemas SIVAM/SIPAM.

Questão I D II 3

Onde há experiências positivas com o controle de zoneamento econômico-ecológico pela participação substancial de ONGs?

Resposta:

Os planos de zoneamento elaborados com a participação ativa da população atingida em geral não necessitam de controles complementares para além da observação e do acompanhamento intensivos de sua implementação.

Em projetos similares, p.ex. na África Ocidental, Indonésia e Bolívia, comprovou ser vantajoso formar-se grupos de estrutura paritária a nível de províncias, distritos e subdistritos, que possibilitem a coordenação dos diversos interesses na implementação do projeto. São abertas assim vias decisórias transparentes e são oferecidas possibilidades de um controle público, o que pode conter a predominância de interesses unilaterais e os conflitos daí re-

Acervo ISA

sultantes. Tais grupos têm como função defender os interesses gerais face a interesses particulares de grupos locais específicos.

De resto, a experiência demonstra que o controle externo do aproveitamento econômico do solo e normas administrativas criadas sem a participação da população atingida têm pouca chance de serem observadas.

Só quando a população local refletiu as causas da degradação dos recursos (pastagens de uso excessivo, pressão demográfica, insuficiência de recursos energéticos e renda alternativos, sistemas de produção agrícola inadequados), elaborando conjuntamente soluções, é que há chances de um uso econômico do solo que poupe os recursos. Desempenham um papel importante os conflitos consequentes do direito tradicional e formal e do domínio da terra (municipal, privado, tradicional). Em diversos projetos apoiados pelo Governo Federal estamos tratando atualmente destas questões sob o aspecto prático e concepcional.

Questão I D II 4

Existe, na opinião do Governo Federal, o perigo de limitações do manejo ecológico eventualmente previstas pelo zoneamento econômico-ecológico em regiões pobres e economicamente débeis serem enfraquecidas em decorrência de pressões políticas de sorte que os recursos venha a sofrer uma superexploração?

Resposta:

Um tal perigo é dado praticamente com relação a qualquer região posta sob proteção ou onde tenham sido fixadas limitações de manejo, não só por pressões políticas, mas também por condicionantes gerais alteradas. Em tais projetos o Governo Federal dá grande importância a que os componentes de proteção sejam complementados por iniciativas de desenvolvimento, a fim de proporcionar à população que em geral sofre da pobreza e subalimentação uma melhora de sua situação de abastecimento e oferecer-lhe fontes alternativas de renda. Com isso consegue-se reduzir a ameaça às florestas consequentes da miséria econômica.

Acervo ISA

Parte II

A. Condições básicas contraproducentes e fracasso do condicionalismo

Segundo opinião oficial amplamente difundida, a cooperação econômica deve apoiar de maneira modelar os eforços de desenvolvimento dos países destinatários por ajuda concreta, contribuindo para melhorar as condições básicas destes países. Assim, também no setor da cooperação na área das florestas tropicais os países prestadores de ajuda, seja bi ou multilateral, ressaltaram reiteradamente a importância de uma esfera política favorável ou pelo menos, não contraproducente. A cooperação econômica em condições básicas desfavoráveis parece realmente não ter sentido, pois seus efeitos não podem ser duradouros, sendo neutralizados por processos adversos. Em muitos casos, porém, a insistência da parte prestadora da ajuda no sentido de condições básicas coerentes não obteve resultado e parece ser pouco levada a sério. Tendo em vista as relações de parceria equilibradas e uma postura abrangente, é, além disso, problemática a não inclusão das condições básicas vigentes no norte a tais exigências de coerência.

Po isso, interpelamos o Governo Federal:

Questão II A 1

É para o Governo Federal requisito para concessão de meios da cooperação econômica a coerência dos objetivos ecológicos e sociais dos projetos de proteção às florestas tropicais com condições básicas político-financeiras nos países beneficiários?

Resposta:

Foram definidos na concepção setorial «Floresta Tropical» do Ministério Federal para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento, de janeiro de 1992, os princípios, diretrizes e critérios para o fomento de projetos de proteção à floresta tropical no âmbito da cooperação econômica bilateral para o desenvolvimento. No âmbito da análise de projetos realizada pelo Banco Alemão da Reconstrução (KfW), verifica-se de caso a caso se são dados os pressupostos para a aprovação de recursos da cooperação financeira. Desempenha aqui um papel fundamental as condicionantes gerais de política florestal dos países destinatários e sua disposição a realizar reformas para superar problemas estruturais genéricos (tais como, deficiências legislativas, política de aproveitamento econômico do solo, estrutura agrária, incentivos fiscais prejudiciais à floresta, etc.).

Acervo ISA

Caso o instrumento da cooperação financeira em uma situação concreta comprove sua inadequação, pode-se pensar em instrumentos alternativos, como p.ex. a cooperação técnica.

Questão II A 2

Para que países parecem ser tais condições básicas atualmente tão favoráveis que justifiquem um engajamento político na cooperação econômica no setor da floresta tropical e para quais países elas parecem ser desfavoráveis?

Resposta:

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), de 1992, todos os países participantes obrigaram-se politicamente à implementação das recomendações de ação contidas na declaração sobre a floresta e no capítulo 11 da AGENDA 21. Formou-se na UNCED um consenso básico sobre a necessidade de uma maior proteção às florestas e a criação das condições gerais necessárias para tanto. Isto melhorou de modo essencial e genérico a base do diálogo político do Governo Federal com os países parceiros, no campo da preservação das florestas tropicais. Elas servem, inversamente, para a escolha do instrumentário à disposição do Governo Federal no sentido de atender de maneira adequada e flexível à situação respectivamente necessária para a defesa das florestas tropicais.

Questão II A 3

Pertencem, no entendimento do Governo Federal, grandes investimentos (vias de comunicação, centrais elétricas, inventários de recursos naturais) à condições básicas de risco, visto terem função de abertura das florestas tropicais, com suas consequências incontroláveis?

Resposta:

A implantação de infraestrutura pode, em caso concreto, significar um desbravamento (abertura) e, consequentemente, destruição da floresta tropical. Em consequência, na cooperação financeira, quando se requer financiamento de tais projetos de investimento, integramos tais elementos a uma rigorosa análise de impacto ecológico do projeto. Constatando-se que um projeto contribuirá para destruir áreas florestais, de acordo com as diretrizes de apoio vigentes, impõe-se o indeferimento do financiamento pela cooperação financeira.

Questão II A 4

Quais os êxitos que a cooperação econômica pode apresentar até agora no campo da floresta tropical no sentido de melhorar as condições básicas?

Acervo ISA

Resposta:

Por um grande número de projetos o Governo Federal contribuiu para melhorar as condições gerais sociais, institucionais e políticas em favor da preservação da floresta tropical. Com o apoio da cooperação econômica alemã para o desenvolvimento, surgiram instituições capacitadas que estão hoje em condições de atender a suas funções de instrução de pessoal qualificado, pesquisar o ecosistema florestar, defender parques nacionais e reservas zooflorestais e assessorar comunidades rurais na exploração econômica da floresta.

Exemplos de um trabalho de base bem sucedido surgido com auxílio alemão são os centros de treinamento no Quênia, Bolívia, Brasil, Honduras, Argentina e Indonésia. No campo da pesquisa e com o auxílio de universidades e institutos de pesquisa dos países em desenvolvimento, foi possível reduzir o déficit de conhecimentos sobre as florestas tropicais. A melhora do abastecimento em regiões rurais é tema de numerosos projetos de desenvolvimento de zonas periféricas em torno de áreas sob proteção e para conter queimadas e coleta de madeira combustível descontroladas. Em primeiro plano coloca-se aqui o apoio à população e a pequenos rurícolas para melhorar seus métodos de cultivo e evitar o consumo de madeira combustível, em especial nas regiões áridas.

Projetos de melhora do abastecimento doméstico com energia tiveram efeitos positivos, reduzindo de modo perceptível a pressão sobre as florestas tropicais. Por exemplo a adoção de fogões de baixo consumo energético na África ocidental e oriental, contribuiram como proteção a uma área florestal de 300.000 ha.

É intensão do Governo Federal levar os resultados e a experiência adquirida com tais projetos ao debate político nacional nos países em desenvolvimento. Assim sendo, o Governo Federal apoia projetos de assessoria política no Paraguai, Equador e Camarões, que deverão levar a processos no sentido de uma melhor base legal para a exploração florestal e o aproveitamento do solo.

O Governo Federal também leva ao diálogo internacional sobre a proteção e o uso sustentável das florestas a sua experiência para melhorar as condições gerais.

I. Observações da coerência das condições básicas

Questão II A I 1

Depois de dezembro de 1991, quando o G7 prometeu apoiar financeiramente o programa-piloto do Brasil, melhorou ou piorou a política ambiental brasileira?

Acervo ISA

Resposta:

Na opinião do Governo Federal a política ambiental do Brasil fez progressos consideráveis depois do fim de 1991, principalmente porém depois que o presidente Cardoso assumiu o governo. A problemática da destruição da floresta tropical, com o debate sobre o programa-piloto Floresta Tropical, vem ocupando bem mais espaço na opinião pública. A voz das ONGs, não por último pelo apoio a estas vindo do exterior, ganhou peso na opinião pública. Estruturas no país parceiro em projetos da cooperação financeira (p.ex. Ministério do Meio Ambiente, IBAMA) qualificaram-se mais.

Questão II A I 2

Quais os agravamentos das condições básicas no território nacional brasileiro conhecidas pelo Governo Federal além da dissolução do Código Florestal, da anulação de 22 reservas naturais, da execução do projeto do corredor de exportações em Carajás e da concessão de créditos bilionários para investimentos na Amazônia pelo BNDES?

Resposta:

O Governo Federal parte de que as condições gerais a nível nacional no setor ambiental nos últimos anos em sua tendência geral melhorou.

Questão II A I 3

Quais os agravamentos da condições básicas conhecidos pelo Governo Federal a nível de cada estado brasileiro, como p.ex. a resistência à demarcação de territórios indígenas em Roraima e no Maranhão, a construção da Rodovia do Acre, o projeto de barragem na Mata Atlântica em São Paulo ou a piora da política florestal no Paraná?

Resposta:

Afora os exemplos enumerados, o Governo Federal desconhece pioras das condições gerais a nível dos diversos estados. No caso do Acre, o Governo Federal reagiu com uma reprogramação dos recursos para o projeto bilateral planejado «Zoneamento Acre».

Questão II A I 4

Não manifesta o Governo Federal indiferença e inconsequência na questão da coerência ao negociar durante anos com o governo acreano um projeto de zoneamento territorial enquanto aquele governo leva adiante a construção de uma rodovia em direção às florestas tropicais primárias?

Acervo ISA

Resposta:

Os recursos para o projeto de zoneamento ecológico no Acre foram remanejados em consequência da posição do novo governo acreano face ao componente «Política de Recursos Naturais» do programa-piloto, com o que o Governo Federal expressou com consequência dar importância a uma política ambiental coerente.

II. Possibilidades de influência sobre as condições básicas contraproducentes

Questão II A II 1

Quais os instrumentos e mecanismos eficazes à disposição da cooperação econômica no sentido de fazer valer a influência direcionada a garantir as condições básicas necessárias, melhorá-las, nos casos convencionados, ou corrigí-las, nos casos em que houve piora?

Estas possibilidades são aproveitadas pela cooperação econômica?

Considera o Governo Federal estas medidas preliminares como suficientes?

Resposta:

Instrumentos e mecanismos essencias para influenciar as condicionantes gerais para medidas de preservação florestal no âmbito da cooperação econômica para o desenvolvimento são:

- Assessoria por especialistas a curto e longo prazo, p.ex. no desenvolvimento de estratégias abrangentes de preservação das florestas tropicais, elaboração de legislações e normas administartivas relevantes para a floresta.
- A participação ativa da população atingida.
- O diálogo com e a participação das ONGs.
- Qualificação de especialistas parceiros.
- O diálogo político p.ex. a nível de negociações governamentais e a coordenação com outros prestadores de ajuda bi e multilateral.

O Governo Federal recorre a estes instrumentos também na implementação das recomendações do Rio erefemtes à floresta (Capítulo 11 da AGENDA 21), ao mesmo tempo em que se esforça para aperfeiçoá-los.

Questão II A II 2

Na opinião do Governo Federal quais os motivos da coerência insuficiente das respectivas políticas nacionais nos diversos países destinatários, objetivando a cooperação no setor da floresta tropical?

Acervo ISA

Resposta:

Com a aprovação da AGENDA 21 e da declaração sobre a floresta tropical, os países participantes da UNCED 1992 obrigaram-se aos objetivos comuns da cooperação em prol da floresta tropical. Diversos países já aprovaram agora a nível nacional diretrizes políticas a respeito. O Governo Federal não vê razão para identificar uma deficiente convergência de seus objetivos em projetos para a floresta tropical com a política oficial manifesta dos países parceiros.

É função dos responsáveis políticos nestes países parceiros implementar concretamente as medidas desta política. Cada governo tem de levar em consideração o jogo de forças dos interesses sociais e as relações econômicas e sociais, ao executar sua política. Pobreza difundida, carência financeira das instituições pública, interesses conflitantes entre um desenvolvimento econômico rápido e proteção aos recursos naturais e as exigências, em parte, divergentes dos prestadores de ajuda, restringem a margem de ação de muitos países em desenvolvimento na implementação de sua política de preservação das florestas tropicais. A perda da fonte de renda legal e ilegal e a restrição de competências são razões complementares para as resistências tão comuns às reformas necessárias urgentes das autoridades. No preparo e implementação de projetos da cooperação econômica, o Governo Federal verifica a convergência da política praticada e objetivos do projeto acordado. Conflitos graves podem levar a um indeferimento ou interrupção de projetos.

Como contribuição prática para a implementação das declarações de intensões políticas dos países parceiros, o Governo Federal, por projetos de assessoramento político, apoia a formulação de diretrizes políticas, leis e regulamentações correspondentes. Ele reclama a instituição de mecanismos adequados a possibilitar um equilíbrio entre os diversos interesses conflitantes e tenta melhorar a transparência sobre metas e intensões dos grupos e instituições participantes na preservação florestal. A reforma das administrações florestais e sua qualificação para novas competências é meta de diversos projetos de aperfeiçoamento das condições institucionais gerais.

Na implementação do programa-piloto Floresta Tropical no Brasil torna-se claro, p.ex. que o estabelecimento da coerência entre o programa internacional e as condições econômicas e ecológicas nacionais gerais aumentam na proporção direta em que o governo brasileiro assume responsabilidade própria por este projetos.

Questão II A II 3

Houve um diálogo com os governos em questão, inclusive o brasileiro, sobre tal incoerência e sua superação?

Acervo ISA

Em caso negativo, por que não?

Resposta:

Desde o começo do programa-piloto Floresta Tropical este diálogo com o Brasil foi contínuo, seja em negociações governamentais ou nas reuniões anuais dos países prestadores de ajuda. No âmbito da assessoria, este diálogo tem lugar diariamente na execução prática do programa-piloto com os respectivos ministérios e suas repartições.

Questão II A II 4

Examinou o Governo Federal alguma vez, e com quais resultados, quantas violações contra o princípio e o texto dos acordos sobre as condições básicas de projetos (Planafloro, projeto florestal na Costa do Marfim) o Banco Mundial admite?

Qual o parecer do Governo Federal no que concerne ao limite de intervenção do Banco Mundial no caso de tais violações? É ele muito alto ou muito baixo?

Resposta:

Não é função do Governo Federal fiscalizar a implementação de projetos específicos financiados pelo Banco Mundial. Juntamente com outros mutuários, o Governo Federal providenciou para que fossem criados instâncias e processos de controle competentes no Banco Mundial, tais como controle de impacto ecológico, desde o fim dos anos 80, unidade de avaliação independente no banco, nos anos 70, e a unidade de inspeção independente, em 1994.

Questão II A II 5

Pretende o Governo Federal discutir concreta e amplamente a coerência das condições básicas da política brasileira por ocasião da reunião dos participantes no programa-piloto no Brasil, prevista para meados de 1995?

Resposta:

Na medida do possível, foi debatida concreta e amplamente a coerência das condições básicas, por ocasião da reunião dos integrantes do programa-piloto em Belém do Pará em julho de 1995, inclusive a questão da política indigenista brasileira.

Questão II A II 6

Prevê eventualmente o Governo Federal um diálogo político semelhante também com outros países destinatários de sua cooperação em benefício da floresta tropical?

Acervo ISA

Resposta:

O programa-piloto com o Brasil está vocacionado para que as experiências colhidas desta iniciativa sejam aplicáveis também à cooperação com outros países.

III. Coerência das condições básicas da economia mundial

Questão I A III 1

Qual, na opinião do Governo Federal, o papel desempenhado por fatores tais como ciclo conjuntural, pobreza estrutural, endividamento, intercâmbios e outras influências econômicas internacionais sobre a aptidão de um país destinatário para encetar uma política coerente de proteção à floresta tropical?

Resposta:

Já em seu 4º relatório sobre a floresta tropical (Impresso 13/1859 de 29.06.1995) o Governo Federal chamou a atenção para que a longo prazo uma política de preservação das florestas tropicais só poderia obter sucesso se abrangesse também medidas para alterar as condições básicas entravadoras do desenvolvimento. Entre estas principalmente:

- Conteção da explosão demográfica, redução da pobreza em massa.
- Reform agrária para se alcançar uma distribuição justa da terra, considerando de maneira mais intensa os direitos tradicionais dos povos nativos.
- Aperfeiçoamento das condições básicas econômicas mundiais.
- Criação dos pressupostos institucionais adequados.

O decisivo é que a população e os governos dos países com florestas tropicais identifiquem-se com os objetivos de uma preservação florestal e sua exploração sustentável, criando os pressupostos de política nacional necessários.

Questão II A III 2

Na opinião do Governo Federal, os princípios de credibilidade e lealdade implicam que as exigências de uma alteração das condições básicas relevantes não sejam direcionadas somente aos países mais fracos (aos países com florestas tropicais e principalmente os mais pobres), porém, segundo aspectos objetivos, a todos os países envolvidos direta ou indiretamente na destruição das florestas tropicais, inclusive os industrializados?

Resposta:

Para alterações de condições básicas da preservação das florestas tropicais, tais como contenção da explosão demográfica, adoção de uma reforma agrária, maior consideração

Acervo ISA

dos direitos dos habitantes nativos e a criação dos pressupostos institucionais a responsabilidade cabe priomordialmente aos países com florestas tropicais. Entretanto, o Governo Federal apoia os países no combate às causas estruturais da destruição das florestas tropicais, tais como pobreza e subalimentação, concedendo só para iniciativas de preservação da floresta tropical anualmente uma ajuda de DM 250 a 300 milhões. Além disso, no setor da cooperação da União Européia com países em desenvolvimento no âmbito do acordo de cooperação, é dada uma alta importância a um desenvolvimento ecologicamente sustentável.

Outras medidas multilaterais para o uso sustentável e a preservação das florestas tropicais são cumpridas no âmbito das facilidades ecológicas globais (GEF) do Banco Mundial, do programa de ação Floresta Tropical (TFAP), da FAO, do programa de desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP) Capacity 21 e da Organização Internacional da Madeira Tropical (ITTO).

Além disso, com a conclusão exitosa das negociações do GATT, foram aperfeiçoadas as condições gerais necessárias para um desenvolvimento dinâmico do comércio mundial, e desta maneira um impulso de crescimento global, também relevantes para a preservação da floresta tropical. Levou-se em consideração, pela extinção de taxas alfandegárias e barreiras comerciais, as exigências dos países em desenvolvimento no sentido da liberalização nos setores de negociação «Produtos Tropicais» e «Produtos de Matérias-Primas».

Questão II A III 3

É para o Governo Federal uma questão relevante se as transações político-econômicas tanto européias, como as alemãs, em questão das importações de soja, minério de ferro ou madeira, provenientes da Amazônia contrapõe-se aos objetivos de proteção da floresta tropical?

Resposta:

O Governo Federal é da opinião que exportações de matérias-primas de países com floresta tropical por princípio tem de estar em consonância com as metas de proteção à floresta tropical, caso em tempo e em escala suficientes, devam ser considerados fatores ecológicos. Isto vem acontecendo de maneira crescente em projetos de cooperação econômica para o desenvolvimento desde 1988 pelo estudo de impacto ecológico. Por este estudo deve-se, em projetos de grandes áreas, tais como vias de comunicação, produção de energia, exploração de recursos minerais, sejam evitados males indefensáveis para o meio ambiente.

Acervo ISA

Além disso, em diálogo com os países com florestas tropicais, o Governo Federal esforça-se para que estes países na prospecção e exploração de seus recursos naturais observe os aspectos ecológicos.

Em especial quanto ao aproveitamento das florestas tropicais, o Governo Federal pressiona, tanto a nível bilateral em seus projetos de cooperação econômica para o desenvolvimento, como também a nível multilateral, no sentido de uma adoção urgente de métodos de exploração econômica florestal sustentáveis e ecológicos, a fim de alcançar a meta estabelecida pela Organização Internacional da Madeira Tropical (ITTO), «Meta 2000», quer dizer, a partir do ano 2000 as exportações de madeira tropical e seus produtos devem originar-se exclusivamente de áreas florestais exploradas de modo sustentável e ecológico.

Questão II A III 4

Que condições básicas gerais internacionais, européias e alemãs são para o Governo Federal importantes para o êxito das iniciativas de proteção às florestas tropicais?

Resposta:

No seu 4º relatório sobre a floresta tropical (Impresso 13/1859) o Governo Federal descreve as iniciativas necessárias para a solução da problemática da floresta tropical, inclusive as condições básicas gerais para preservá-las. Estas últimas têm de ser criadas nos próprios países atingidos, tais como contenção da explosão demográfica, redução da pobreza em massa, localização e exploração ecológica da produção agrícola, reforma agrária no sentido de uma distribuição justa da terra e criação dos pressupostos institucionais adequados a uma melhor proteção à floresta tropical e alcançar um sucesso a longo prazo da proteção a esta. A ajuda externa pode ser apenas uma ajuda à auto-ajuda e terá sempre de respeitar a soberania nacional dos países em questão.

Todas as medidas deverão ser tomadas em estreita cooperação e coordenação com os países com florestas tropicais. Para isso as recomendações da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), de 1992 no Rio, e os debates do âmbito do Itergovernmental Panel on Forest (IPF), constituem uma plataforma adequada.

Ao lado disso, com relação às condições básicas internacionais, deve-se agir no sentido de que sejam criados para os países em desenvolvimento condições de intercâmbio favoráveis para matérias-primas e produtos industrializados (Terms of Trade), a fim de apoiá-los em seus esforços por progresso econômico e crescente integração à economia mundial. A conclusão exitosa das negociações do GATT aponta aqui a direção correta. Levou-se bastante em consideração a exigência dos países em desenvolvimento no sentido da liberali-

Acervo ISA

zação dos setores de negociação «Produtos Tropicais» e «Produtos de Matérias-Primas», pela extinção de taxas aduaneiras e barreiras comerciais.

É necessário manter na Alemanha e na Europa um clima econômico estável, a fim de possibilitar continuidade aos programas de apoio estatais e não estatais aos países em desenvolvimento e oferecer-lhes mercados atraentes para seus produtos.

Questão II A III 5

Quais as consequências tiradas pelo Governo Federal dos debates da «Mesa Redonda» germano-brasileira sobre a região do Carajás, co-organizada pela Conferência Conjunta Igreja e Desenvolvimento (GKKE) e co-financiada pelo governo alemão, no sentido de uma maior coerência ecológica e social da política alemã face às necessidades daquele empreendimento regional?

Resposta:

O Governo Federal dará continuidade ao diálogo com os participantes da mesa redonda e considerará os resultados dos debates nesta em seu diálogo político com os parceiros brasileiros.

B. Reforma e reordenação da política para a floresta tropical

Os projetos de proteção à floresta tropical dos últimos 8 anos foram marcados por fracassos consideráveis. Numerosas iniciativas neste sentido estagnaram numa esfera político-econômica na qual domina o interesse em um aproveitamento inescrupuloso sob os aspectos ecológico e social das florestas tropicais. Empresa privadas e governos regionais continuam, entretanto, devastando maciçamente as florestas tropicais em diversas áreas, pelo abate de madeira, a mineração e a construção de vias de comunicação. Grande parte dos projetos de desenvolvimento vinculados ao meio ambiente cristaliza-se até agora a partir do ponto final de uma cadeia de causas de destruição da natureza ou socialmente irresponsáveis, como é o caso do fomento a reservas naturais. Concomitantemente muitos projetos obedecem a concepções tecnocráticas e centralistas, ainda não experimentadas, de ordenamento territorial e exploração florestal, que estão repletas de riscos, porquanto até agora apenas modalidades econômicas tradicionais parecem ser ecologicamente sustentáveis. Neste contexto, a política relativa à floresta tropical não aparenta ter perspectivas, já que as causas das enormes destruições ficam excluídas de seus esforços ou são levadas a uma débil esfera do diálogo político. O acesso inescrupuloso de empresas internacionais e nacionais às reservas das florestas tropicais, o incentivo à exploração florestal pelos governos, a enorme pressão exercida pela economia mundial, objetivando o aprovei-

tamento de localidades facilmente poluíveis e os modelos de produção e consumo das sociedades industrializadas, que se servem de maneira dilapidadora dos recursos naturais, ameaçam devastar de modo considerável em poucos decênios, as florestas tropicais existentes. Tais fatores superpotentes prejudicam não apenas as fracas iniciativas de proteção dadas pela cooperação econômica. Eles as ameaçam ao ponto de instrumentalizá-las para seus fins e degradá-las a um álibi. Tendo tudo isso como pano de fundo, a proteção à floresta tropical parece, portanto, ter apenas uma chance caso se torne missão orientadora das políticas econômica, comercial e financeira internacionais.

Por isso, interpelamos o Governo Federal:

Questão II B 1

Na seleção, composição e implementação dos diversos instrumentos possíveis para a proteção da floresta tropical (financiamento de regiões protegidas, perdão da dívida, restrições comerciais vinculadas à ecologia, acordos internacionais, fortalecimento político de ambientalistas locais e assim por diante), orienta-se o Governo Federal por análise fundamentada da eficácia destes, que correspondam aos patamares atuais do conhecimento político-desenvolvimentista e ecológico?

Em caso positivo, como isso se expressaria na formulação de sua política para com a floresta tropical face ao «Business as usual» de épocas anteriores?

Resposta:

O Governo Federal não compartilha as afirmações contidas na introdução parte B sobre os resultados da cooperação internacional no setor da floresta tropical. Neste contexto fazemos referências às respostas dadas às questões da Parte I D 1, 3.

Da mesma forma na resposta à questão da Parte I A I 1 foi dito que o Governo Federal continua desenvolvendo permanentemente os instrumentos de que dispõe, para que eles correspondam ao mais atual nível de conhecimentos de política desenvolvimentista e ecológica.

Resultado destes esforços são, entre outros, a concepção setorial Floresta Tropical do Ministério Federal da Cooperação Econômica e Desenvolvimento de janeiro de 1992.

Questão II B 2

Como interpreta o Governo Federal e satisfaz a recomendação da Comissão de Enquête sobre o Clima referente a «correções e complementações essenciais» de sua política para a floresta tropical?

Acervo ISA

Resposta:

Como elemento constitutivo das recomendações da Comissão de Enquête «Precauções para proteger a Atmosfera Terrestre» sobre o tema «proteção à floresta tropical», o Governo Federal relata sobre suas constantes atividades para preservar a floresta tropical, e sobre o grau de implementação das recomendações a níveis internacional, da União Européia e nacional. Em 13.06.1995 o gabinete governamental aprovou seu 4º relatório sobre a floresta tropical.

Questão II B 3

Está o Governo Federal disposto a examinar a coerência dos diversos setores de sua política (agricultura, comércio, finanças, cooperação econômica, avais de exportação, política de consumo, etc.) com os objetivos de proteção à floresta tropical?

Em caso negativo, por que não?

Resposta:

O Governo Federal considera o exame da coerência de sua política nos diversos campos como algo óbvio e uma função permanente de cada ministro em questão.

A fim de assegurar uma coerência da política global do Governo Federal, fluem, p.ex. pela participação do Ministério da Cooperação Econômica e Desenvolvimento na Comissão Interministerial sobre a Concessão de Vais de Exportação, as concepções válidas relevantes para a cooperação econômica para o desenvolvimento, e desta forma, também a consideração do impacto ecológico, entre outras coisas, dos objetivos da proteção à floresta tropical no processo decisório sobre a concessão de avais de exportação. De resto, são coordenadas questões relevantes da política de matérias-primas sobre madeira tropical, a nível da Comissão Interministerial de Matérias-Primas.

I. reforma da cooperação econômica

Questão II B I 1

É o Governo Federal da opinião de que a cooperação econômica para o desenvolvimento bilateral e multilateral é, em sua essência, coerente com os objetivos de proteção à floresta tropical?

Em caso negativo, onde se encontram as maiores incoerências?

Resposta:

Acervo ISA

Sim. Reportamo-nos aqui às respostas às questões relevantes.

Questão II B I 2

Compartilha o Governo Federal a opinião de que um melhor controle dos bancos de desenvolvimento multilaterais e de seus fundos ecológicos possa contribuir sobremaneira para evitar os efeitos ecológicos e sociais nocivos de seus projetos e de sua política de adaptações estruturais sobre as florestas tropicais?

Resposta:

Controle aperfeiçoado de planejamento e implementação de medidas de proteção à floresta tropical reduz sempre as possibilidades de distorções. O grau de controle e a relação daí consequente entre despesa e receita tem de ser determinado em cada caso específico.

Quetsão II B I 3

Na opinião do Governo Federal a adoção de uma responsabilidade civil ampla e responsabilidade por danos das organizações de desenvolvimento bilaterais e multilaterais poderiam contribuir para prevenir danos sociais e ecológicos nas regiões de floresta tropical?

Resposta:

O Governo Federal não considera desejável a adoção de uma tal responsabilidade civil ampla. Ela contradiz o princípio básico de nossa cooperação econômica para o desenvolvimento. Segundo este, os projetos e os programas cofinanciados por organizações de cooperação para o desenvolvimento bi e multilaterais constituem projetos dos países em desenvolvimento e suas organizações e instituições parceiras. Estas assumem a responsabilidade pelo desenvolvimento de seu país e projetos e programas voltados para este fim.

Para o Governo Federal colocam-se em primeiro plano medidas para prevenir danos sociais e ecológicos por projetos de desenvolvimento, os dados de padrão de conteúdo e o controle efetivo de política de desenvolvimento das organizações implementadoras.

Para prevenir efeitos negativos sociais e ecológicos de projetos cofinanciados por organizações bi e multilaterais, estas instituições desenvolveram diretrizes de exame de alto padrão. Mecanismos de controle correspondentes asseguram a observação destas diretrizes (unidade de avaliação e inspeção).

Questão II B I 4

Aprova o Governo Federal uma ampliação da competência da «Comissão de Queixas» do Banco Mundial (Inspection Panel) sobre a atividade da Coporação Financeira Internacional (IFC) e da Agência Multilateral de Garantias a Investimentos (MIGA) e a instituição de uma

Acervo ISA

«Comissão de Queixas» para a cooperação econômica da República Federal da Alemanha?

Em caso negativo, por que não?

Resposta:

Tendo em vista as funções da IFC e da MIGA, o Governo Federal não vê qualquer necessidade de ampliar as competências da Comissão de Queixas do Banco Mundial (Inspection Panel) a estas duas instituições do Grupo Banco Mundial.

Ele também não aprova a instituição de uma Comissão de Queixas para a cooperação econômica bilateral alemã para o desenvolvimento. A razão da instituição do «Inspection Panel» no Banco Mundial foi, após o relatório Wapenhans, o fato de que o banco não fazia avaliação de projetos correntes. A avaliação de projetos correntes é para a cooperação econômica alemã para o desenvolvimento um elemento óbvio. Além disso existem na República Federal da Alemanha diversos foros nos quais o Ministério da Cooperação Econômica e Desenvolvimento discute com ONGs problemas e planejamentos. Destaquemos aqui os encontros a nível de países nos quais ONGs podem apresentar suas idéias e ressalvas com respeito a um projeto planejado. Assim sendo, não há a necessidade de uma Comissão de Queixas que só atuaria a posteriori.

II. Equilíbrio Norte-Sul como pressuposto para a proteção à floresta tropical

Questão II B II 1

Seria para o Governo Federal digno de estudo saber como as chances de uma política de proteção florestal ecológica, social, coerente e cooperativa poderiam ser aumentadas para os países possuidores de florestas tropicais face à contínua incoerência de suas políticas florestais, por medidas econômicas e políticas específicas da comunidade internacional?

Resposta:

«Medidas internacionais coordenadas» já existem há anos. Sejam mencionadas aqui as atividades com base em planos de ação ambientalistas e para a floresta tropical nacionais coordenados também com programas de adaptação estrutural e regulamentação do endividamento e o já muitas vezes aqui mencionado programa-piloto com o Brasil. Tais iniciativas já foram controladas no passado de maneira múltipla por estudos tais como o da Comissão de Enquête «Prevenção para Proteção à Atmosfera Terrestre» do Parlamento Federal Alemão, e onde necessário adaptadas. Não é possível, todavia, serem esperados efeitos positivos a curto prazo, face a dimensão da problemática, aos contextos múltiplos e à diversida-

Acervo ISA

de de interesses dos atingidos. Transformações decisivas nos países em desenvolvimento só em uma escala pequena são iinfluenciáveis a partir de fora. Elas têm de partir de dentro do país e isso só acontece se a população e os governos de países onde hajam florestas tropicais identifiquem-se plenamente com os objetivos da proteção às florestas tropicais e criem os pressupostos internos para que medidas de programas de ação conjuntos alcancem os efeitos ideais.

Questão II B II 2

Compartilha o Governo Federal a opinião de que seja necessária a redução do peso das dívidas sobre os países possuidores de florestas tropicais para criar margens econômicas para uma preservação duradoura das florestas tropicais?

Resposta:

Na África, América Latina e Ásia uma série de países com florestas tropicais pertencem ao grupo dos países mais pobres e altamente endividados. Seu endividamento é, entretanto, uma causa menos primária de sua estagnação econômica, mas o sintoma de problemas de desenvolvimento. Assim, a solução do problema da dívida é um aspecto importante, considerando metas de desenvolvimento a longo prazo, e deste modo, também a criação de margens econômicas para uma preservação duradoura das florestas. Facilitação da dívida sozinha não consegue levar a um aperfeiçoamento básico das margens econômica, financeira e, em consequência, também ecológica,se não for acompanhada de uma maneira ampla e consequente por reformas estruturais.

Questão II B II 3

Qual o percentual do perdão da dívida efetuado pelo Governo Federal sobre o total do endividamento externo de cada país com florestas tropicais?

Pretende o Governo Federal conceder novas remissões da dívida?

Questão II B II 4

Pode este perdão das dívidas transformar-se em chances complementares para a proteção da floresta tropical enquanto for exercida uma forte pressão pela dívida remanescente no sentido da destruição da floresta?

Resposta:

Resumimos no seguinte as respostas às questões 3 e 4:

Apesar de em cada caso dar-se um volume bastante alto, não é possível demonstrar em cada um deles qual u percentual do perdão da dívida originária da cooperação econômica

Acervo ISA

alemã para o desenvolvimento de fontes públicas sobre o endividamento externo de 35 países em desenvolvimento que desde 1978 receberam perdão da dívida da cooperação financeira.

Facilitações da dívida acordadas pelo Governo Federal a nível multilateral no Clube de Paris e a nível bilateral não são específicas para países com florestas tropicais. Elas se orientam principalmente pelo grau de endividamento e de pobreza (renda anula per capita) de cada país. Acordos a nível do Clube de Paris são coordenados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, com base em uma análise detalhada específica da capacidade econômica e financeira de cada país devedor.

Em dezembro de 1994 foi decidido no Clube de Paris aperfeiçoar as condições de reescalonamento e remissão em favor dos países mais pobres e altamente endividados e garantir-lhe para o futuro um perdão de até 67% das exigibilidades comerciais consideradas e um perdão contabilmente comparável à base de valor em espécie, para exigibilidades da cooperação para o desenvolvimento. A nível bilateral o Governo Federal perdoou aos países menos desenvolvidos (LDCs) e para os muito pobres ao sul do Saara, dívidas da cooperação econômica para o desenvolvimento no valor de DM 9,13 bilhões, ou abriu perspectivas para essa remissão. O Governo Federal está disposto a continuar com sua política de perdão da dívida em favor dos países LDCs, com base na Resolução 165 (S-XI) de 1978 da UNCTAD.

Uma vinculação a medidas ecológicas para esta espécie de perdão da dívida o Governo Federal estabeleceu apenas na medida em que alguns países obriram-se a aplicar os recursos liberados por tal remissão em medidas de natureza ecológica. Uma tal norma encontramos nos acordos de remissão de dívida com o Quênia, Zaire, Laos e Camb̃odja. Além disso o Governo Federal aprovou para países pobres com base na renda per capita o perdão de dívidas da cooperação financeira sob a condição de que o país devedor aplique uma parte dos recursos assim liberados em moeda nacional em iniciativas ecológicas. Desde 1993 isso totalizou DM 240 milhões. Acordos nesse sentido puderam ser celebrados até agora com a Bolívia, Costa do Marfim, Equador, Honduras, Congo, Peru, Jordânia e Vietnã. Encotram-se em fase preparatória acordos de conversão da dívida com as Filipinas, Nicarágua e Bolívia. O Governo Federal parte de que com um tal instrumento da conversão da dívida em projetos de proteção e preservação do meio ambiente nos respectivos países em desenvolvimento, possam ser mobilizados recursos nacionais para novos projetos ou que sejam aplicados recursos nacionais em tais iniciativas em andamento que sem o incentivo da conversão da dívida em proteção ecológica, por razões de impasses orçamentários não poderiam mais continuar sendo financiados.

Acervo ISA

Questão II B II 5

Compartilha o Governo Federal a opinião de que as importações alemãs e européias vindas de regiões de floresta tropical contribuiram ou continuam ainda contribuindo de modo considerável para a destruição das florestas tropicais?

Resposta:

O Governo Federal é da opinião de que a destruição das florestas tropicais, como já dito na Parte I, resulta primordialmente das queimadas pelos agricultores e projetos de desbravamento e desenvolvimento de grande porte (projetos de colonização, represas, cultivo industrializado, criação extensiva, projetos industriais, etc.). Veja tambem resposta à questão Parte I B 1.

Questão II B II 6

Que medidas adota o Governo Federal para alcançar uma compatibilidade ecológica e social entre comércio exterior e regiões com floresta tropical?

Resposta:

O Governo Federal participa dos trabalhos correntes a nível internacional sobre os temas «Comércio e Meio Ambiente» e «Comércio e Padrão Social». Ele compartilha a opinião de que política de comércio e política ecológica devam ser compatíveis, fortalecerem-se mutuamente e estarem em consonância com os objetivos de um desenvolvimento sustentável perseguidos pelo processo desdobrado pela UNCED.

Além disso o Governo Federal esforça-se no sentido de orientar sua cooperação econômica para o desenvolvimento para que sejam criadas condições básicas adequadas a uma proteção ao meio ambiente e aos recursos naturais.

Questão II B II 7

São tomadas precauções e desdobrados esforços de coordenação para evitar que projetos e programas voltados para a exportação levem a uma superprodução, queda de preços e destruição das reservas nas regiões florestais?

Resposta:

No âmbito das organizações internacionais de matérias-primas e grupos de estudos, os países produtores e consumidores esforçam-se conjuntamente no sentido de tomarem precauções contra produção excessiva, queda de preços e destruição de recursos em regiões florestais. Isso também se aplica a projetos do Fundo Comum de Matérias-Primas e da cooperação econômica bilateral para o desenvolvimento.

Acervo ISA

Questão II B II 8

Espera o Governo Federal da identificação voluntária da madeira tropical produzida de maneira controlada reduções concretas da destruição e degradação das florestas tropicais?

Resposta:

Uma identificação voluntária de produtos madeireiros produzidos de modo sustentável e ecológico pode contribuir para que nos países com floresta tropical apliquem-se com maior rapidez que até agora medidas para uma exploração econômica sustentável de áreas florestais. Um recente estudo do Centro Europeu de Pesquisas Econômicas sobre o tema «Influência da certificação de madeira tropical como originada de florestas exploradas de modo sustentável e ecológico sobre a demanda» demonstrou que a identificação dinamiza a demanda de madeira tropical de florestas exploradas de maneira sustentável e ecológica, contribuindo assim para estabelecer um incentivo importante para os produtores a protegerem as florestas tropicais. deste modo o Governo Federal apoia a «Iniciativa Floresta Tropical» da indústria madeireira alemã, do sindicato madeira e fibras sintéticas e da associação dos importadores alemães de madeira para a partir do ano 2000 só importar e beneficiar madeira dos trópicos e produtos de madeira tropical vindos de áreas florestais tropicais exploradas sustentavelmente.

III. Fortalecimento político à proteção à floresta tropical

Questão II B III 1

Que possibilidades vê o Governo Federal de fortalecer a posição dos ambientalistas nos países possuidores de florestas tropicais?

Vê o Governo Federal possibilidades para prestar tal apoio pela promoção de parceiros locais de tais ONGs?

Resposta:

Os instrumentos e mecanismos da cooperação econômica alemã para o desenvolvimento não oferecem possibilidades de fortalecer politicamente ambientalistas em países com florestas tropicais pela via direta.

Entrenato, o Governo Federal pode, em cooperação com instituições privadas alemãs, apoiar projetos de orientação ecológica em países com florestas tropicais. Na implementação dos projetos poderão participar ONGs locais.

Acervo ISA

Pelo Fundo Fiduciário o Governo Federal apoia o trabalho de ONGs internacionais em países com florestas tropicais que por sua vez integram ONGs locais, de sorte que por uma via indireta seja fortalecida sua infuência política.

Além disso, recorre-se de uma maneira considerável, na implementação de projetos da cooperação econômica bilateral para o desenvolvimento, por organizações responsáveis pela implementação e seus subcontratados, a ONGs locais.

Questão II B III 2

Quais as medidas adotadas pelo Governo Federal a nível internacional e europeu para apoiar os povos indígenas e outros grupos tradicionais que usam as florestas tropicais?

Resposta:

Em sua resposta à Pequena Interpelação dos deputados Dr. Klaus Kübler, Christoph Matschie, Rudolf Bindig e outros deputados, e da bancada do SPD, Impresso do Parlamento Federal 12/8231 de 4.7.1994, o Governo Federal manifestou-se pormenorizadamente sobre o «apoio às populações indígenas pela República Federal da Alemanha». A nível internacional o Governo Federal deu continuidade a suas iniciativas de apoio.

No Brasil, no âmbito do programa-piloto, cumpre-se o componente «Demarcação de Territórios Indígenas» como apoio à proteção ao indígena desde setembro de 1995. Depois de feita a demarcação, o projeto prevê o fomento concreto da população indígena.

Além disso, grupos populacionais indígenas recebem apoio como parte de grupos-meta em diversos projetos da cooperação econômica para o desenvolvimento.

A nível europeu, a proposta apresentada a nível europeu de uma portaria do concelho sobre medidas em favor da floresta tropical, no Art. 3 (2), prevê-se que «destinatários da ajuda e parceiros de cooperação ao lado dos Estados .... possam ser também associações representativas das populações locais, cuja metad declarada ou campo de atividade seja a preservação das florestas tropicais».

Questão II B III 3

Constituem as diretrizes ecológicas e sociais e as melhores iniciativas da cooperação econômica alemã para o desenvolvimento diretrizes obrigatórias para o posicionamento do Governo Federal face a acordos internacionais de proteção a florestas tropicais (e outras florestas)?

Resposta:

Acervo ISA

Por ocasião da terceira sessão da Comissão da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, (CSD) em abril de 1995 em Nova Iorque, foi aprovado criar um Intergovernmental Panel on Forest para avançar com o diálogo internacional de política florestal sobre o tema florestas (capítulo 11 da AGENDA 21 e a Declaração sobre a Floresta da UNCED, de 1992). Na primeira reunião do Intergovernmental Panel on Forest, em setembro de 1995, o Governo Federal participou ativamente. Suas posições de negociação são fixadas no âmbito da coordenação entre as pastas, do que participam todos os ministros em questão, a fim de assegurar a coerência da política global do Governo Federal para a proteção à floresta tropical.

Questão II B III 4

Considera o Governo Federal posíveis acordos internacionais que contenham objetivos obrigatórios sobre áreas naturais de florestas tropicais?

Questão II B III 5

Vê o Governo Federal o perigo de que acordos internacionais sobre a proteção florestal possam tornar-se acordos sobre o aproveitamento mais intensivo da floresta?

Resposta:

Reunimos do seguinte modo a resposta às questões 4 e 5:

Como os debates na terceira reunião da CSD no corrente ano em Nova Iorque, quando foi formado o Intergovernmental Panel on Forest, demonstraram, há um consenso básico sobre a necessidade de acordos internacionais para a preservação das florestas. A posição de diversos países e grupos de países. todavia, sobre conteúdo e forma, continuam ainda divergindo muito.

Face a esta posição de interesses divergentes, o Governo Federal parte do consenso internacional das decisões sobre a floresta alcançado no Rio que reune os aspectos da exploração econômica, preservação e desenvolvimento sustentável das florestas. As colunas mestras das decisões do Rio devem se tornar obrigatórias e asseguradas a longo prazo. Deve-se pensar aqui basicamente em acordos sobre critérios concretos e indicadores de uma exploração econômica sustentável das florestas e a proteção às áreas de floresta natural existentes. Nas negociações deve ser evitado que os acordos levem a um acento excessivo dos direitos de proteção. No diálogo internacional não foi possível tratar de questões precisas como metas de áreas florestais naturais obrigatórias.

Questão II B III 6

Acervo ISA

Face à permanete urgência da temática, estaria o Governo Federal disposto a informar em seu relatório anual sobre as florestas tropicais sobre o desenvolvimento das reservas florestais tropicais, inclusive a questão da coerência da política nacional e internacional?

Resposta:

O atual ciclo bienal do relatório não deve, na opinião do Governo Federal, ser reduzido, a fim de que a relação custo/utilidade do mesmo seja sensata. Uma urgência permanente da temática não justifica por si um relatório anual. Dados atualizados sobre o desenvolvimento das superfícies florestais existem atualmente em ciclos maiores, 5 - 10 anos. Os efeitos de programas de socorro em andamento só podem, em geral, ser avaliados em períodos maiores, principalmente porque o êxito das medidas dependem fundamentalmente de sua coordenação internacional em diversos níveis de ação. O preparo destas e sua implementação exigem, pela própria natureza do tema, mais tempo que medidas meramente nacionais.

Sobre a coerência das políticas nacional e internacional para a preservação das florestas tropicais, encontramos agora no 4º relatório sobre a floresta tropical do Governo Federal ao Parlamento Federal Alemão.

Tradução: Dr. jur. José Camurça, Bonn